Comandante do Exército a Bolsonaro:

“Se o senhor for em frente com isso, serei obrigado a prendê-lo”

HORA DO POVO

ANO XXXIII - Nº 3.924 27 de Setembro a 3 de Outubro de 2023

Cleber Caetano - PR

Reação do general Freire Gomes foi decisiva para descalçar o golpe de Jair

Os detalhes dados pelo tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, à PF, da reunião ocorrida em 24 de novembro no Palácio da Alvorada, na qual o então presidente sonda os militares sobre se teria apoio em sua intenção de dar um golpe de Estado no país, revela que a intenção não se concretizou por falta de apoio militar. O general Freire Gomes, então no comando do Exército, estava ciente de que o golpe, urdido no Planalto, não tinha apoio dos comandos do Sul, Sudeste e Nordeste e avisou que colocaria os golpistas na cadeia. **Pág. 3**

Zema entrega exploração do lítio em Minas à empresa americana

Zeca Ribeiro - Câmara

Orlando Silva: “O BC sabota a economia, nada justifica essa taxa de juros”

“Essa blindagem que foi dada ao BC, chamada autonomia, cria mecanismos que permitem que o capital financeiro imponha uma política monetária que não se sustenta”, afirmou ao HP o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). Para ele, o Banco Central continua “sabotando a economia” com a taxa básica de juros (Selic) excessivamente alta, apesar de duas pequenas reduções. **Página 3**

MCTI e Defesa assinam 238 mi para a inovação

Os ministérios da Ciência e da Defesa junto com a Finep vão financiar 22 projetos de inovação de 25 empresas brasileiras que operam no setor de defesa com o investimento de R$ 238 milhões do FNDCT. **P. 4**

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

AFP

Vários grupos indígenas acompanharam a votação do Supremo Tribunal Federal, na quinta-feira, dia 21

STF derruba o Marco Temporal na demarcação de terras indígenas

O STF derrubou, por 9 votos a 2, a tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas. A maioria dos ministros considerou inconstitucional a limitação da demarcação de territórios dos povos indígenas à data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. Só votaram a favor da tese, os ministros Nunes Marques e André Mendonça, indicados por Jair Bolsonaro. Para o ministro Luiz Fux, a Constituição se refere às áreas ocupadas e às que ainda têm vinculação com a ancestralidade e a tradição desse povos. **Página 4**

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), assinou a entrega da exploração de lítio, mineral fundamental para equipamentos de informática e baterias de carros elétricos, no Vale do Jequitinhonha para a americana Atlas Lithium, mais uma empresa estrangeira. O “protocolo de intenções” resultará na extração de 300 mil toneladas do mineral por ano. O mineral é considerado estratégico exatamente por seu uso nas baterias, cuja importância cresce durante o esforço pela transição energética que ocorre no mundo. **Pág. 2**

“Meta principal do bolsonarismo contra sindicato foi empobrecê-lo”

Para Vicente Selistre, vice-presidente nacional da CTB, do Núcleo Sindical ligado ao PSB, ex-Deputado Federal e vice-presidente do Sindicato dos Sapateiros de Campo Bom (RS), “os alvos principais dos governos Temer/Bolsonaro para destruir a estrutura sindical eram o fim do financiamento das entidades e o esvaziamento da negociação coletiva pelos sindicatos”. **Pág. 4**

Papa condena países europeus por tortura atroz contra migrantes

Ao falar para 50 mil pessoas no estádio Velodrome, de Marselha, o papa Francisco condenou a repressão às organizações que resgatam migrantes no mar Mediterrâneo de “gesto de ódio” e disse que o mar que margeia o sul da Europa e o norte da África se tornou o “cemitério da dignidade” diante dos milhares que morrem afogados tentando a travessia. **Página 6**

Lavrov: EUA nega princípios dos fundadores da ONU

Pág. 7

HP 27 DE SETEMBRO A 3 DE OUTUBRO DE 2023

BC reduz 0,5 ponto na Selic e Brasil fica na vice-liderança mundial de juro alto

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu nesta quarta-feira (20) a taxa básica de juros de 13,25% para 12,75% ao ano. Com o corte de 0,50 ponto percentual na Selic, o Brasil segue entre os maiores pagadores de juros reais do mundo, segundo um levantamento feito pelo MoneYou.

"Aos 12,75% aa, o Brasil cai à 2ª colocação no ranking mundial de juros reais, caindo após 7 reuniões consecutivas na 1ª colocação e ficamos atrás de México e à frente de Colômbia, Chile e África do Sul", destacou o Portal MoneYou.

Descontada a inflação esperada para os próximos 12 meses, os juros reais no Brasil estão em 6,40%, superando em léguas a taxa média de juros reais de 1,06% entre os 40 países listados no ranking mundial de juros reais. Veja a tabela a seguir, reproduzida do MoneYou.

Como no último comunicado de agosto, o Copom voltou a defender a preservação do arrocho monetário que na prática está jogando para baixo as principais atividades econômicas do país.

"Em se confirmando o cenário esperado [de desinflação e ancoragem das expectativas em torno da meta de inflação], os membros do Comitê, unanimemente, anteveem redução de mesma magnitude nas próximas reuniões e avaliam que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário", diz o Copom em nota, sinalizando que a redução continuará a conta-gotas.

Como se o processo "desinflacionário" tivesse a ver com os juros nas alturas impostos por Campos Neto durante um ano em 13,75%. A inflação está desacelerando e não tem nada a ver com os juros altos do BC, como afirmam inúmeros economistas, a inflação acelerou no Brasil não por demanda e sim pelos custos e pela política de preços dos combustíveis do governo anterior.

Sob efeitos dos juros altos, no segundo trimestre deste ano, a economia brasileira desacelerou, ao registrar um crescimento de 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB) ante o trimestre anterior (1,8%), um resultado alcançado por conta da Agropecuária.

No 2º trimestre, o Consumo das Famílias variou em alta de 0,9% e o Consumo do Governo cresceu 0,7% frente ao trimestre anterior, período em que registraram avanços de 0,7% e 0,4%, respectivamente. Já os investimentos, medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBC), ficaram paralisados no 2º trimestre, ao registrarem uma variação de crescimento pífio de 0,1%, após o tombo de -3,4% no 1º trimestre deste ano.

Em comparação com igual período de 2022, os investimentos recuaram 2,6% e, no semestre de 2023, ficaram -0,9% abaixo do pico que foi atingido no semestre de 2022.

Do lado da oferta, a indústria variou positivamente em 0,9%, com destaque para o baixo desempenho da indústria de transformação, alta de 0,3% frente ao trimestre anterior. No primeiro semestre, a indústria de transformação recuou -1,3% em relação ao 1º semestre de 2022.

Os Serviços, que alocam nas suas atividades também o comércio, variaram 0,6% na passagem do 1º semestre para o 2º trimestre. Nas mesmas bases de comparação, o Comércio praticamente não evoluiu, ao registrar 0,1% de crescimento no 2º trimestre.

Já no início do 3º trimestre, a produção industrial nacional, medida pelo IBGE, mostrou um recuo de 0,6% na passagem de junho para julho. As vendas do comércio (0,7%) e o volume de serviços (0,5%) não conseguiram sequer ultrapassar a barreira de 1% de crescimento no mesmo período.

No entanto, o fraco desempenho destas atividades é considerado pelo Banco Central de Roberto Campos Neto com uma "maior resiliência da atividade econômica", segundo o comunicado do Copom, que "segue antecipando um cenário de desaceleração da economia nos próximos trimestres".

Assim, o Copom manifestou novamente que não tem pressa em reduzir a taxa de juros a níveis civilizados.

"POLÍTICA MONETÁRIA ERRADA"

Gleisi Hoffmann, presidente do PT, manifestou no Twitter: "O processo de redução da maior taxa de juros do planeta começou tarde e não pode ser feito a conta-gotas, como indica o comunicado do Copom desta quarta-feira. O Brasil perdeu tempo demais com uma politica monetária errada, imposta por um governo irresponsável e um BC sem compromisso com o país. O país tem pressa e precisa voltar urgentemente à normalidade".

Governo de Minas Gerais entrega estratégico lítio para estrangeiro

Foto: Foto: Reprodução - TV Globo

Mineral é estratégico por seu uso em baterias de carros elétricos

Romeu Zema assinou a entrega da exploração de lítio no Vale do Jequitinhonha para a empresa americana Atlas Lithium

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), assinou, na sexta-feira (22), a entrega da exploração de lítio, mineral fundamental para equipamentos de informática, no Vale do Jequitinhonha para a Atlas Lithium, mais uma empresa estrangeira, dos Estados Unidos.

O "protocolo de intenções" assinado por Zema e pela Atlas cita um suposto investimento de R$ 750 mil para a exploração de lítio, que resultará na extração de 300 mil toneladas do mineral por ano.

O lítio extraído no Brasil pelas empresas estrangeiras tem como destino principal a exportação, visando seu uso na produção de baterias recarregáveis de longa duração.

O mineral é considerado estratégico exatamente por seu uso nas baterias, cuja importância cresce durante o esforço pela transição energética que ocorre no mundo.

As baterias de lítio são usadas em carros e ônibus elétricos, mas também em notebooks, celulares e outros equipamentos eletrônicos.

Como a própria Atlas Lithium cita em seu site, o governo dos Estados Unidos entende que o controle sobre o lítio tem relação com a soberania e a defesa nacional, uma vez que é pressuposto para o desenvolvimento da indústria de baterias de lítio.

O Brasil conta com 8% das reservas de lítio do mundo, sendo que 85% dessa fatia fica no Vale do Jequitinhonha.

A exploração do lítio, porém, está sendo entregue para empresas estrangeiras.

Além disso, não existe um esforço para que o Brasil se industrialize no sentido de se tornar um produtor de baterias de lítio.

Em maio, Romeu Zema foi até Nova York, nos Estados Unidos, lançar um plano chamado "Vale do Lítio", buscando atrair empresas estrangeiras para explorar o mineral em Minas Gerais. Jair Bolsonaro, em seu último ano na Presidência, assinou um decreto que exclui qualquer limitação para a exportação do lítio.

O papel do Brasil na importante cadeia de produção de baterias de lítio, que, como dissemos, ganha mais relevância a cada dia, é de mero explorador e exportador do mineral.

O que é criticado por especialistas e empresas nacionais do setor.

Elaine Santos, pós-doutoranda do Programa Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, critica que o lítio extraído no Brasil seja destinado quase exclusivamente à exportação.

"A política brasileira ainda está bastante limitada. Tanto os Estados Unidos quanto a Europa têm se estruturado com uma estratégia da mina até a produção do veículo" elétrico, afirma para o site Correio do Povo.

"O Brasil pode acabar aprofundando sua dependência, de ser um país que só exporta matéria-prima, com baixo valor agregado", alerta.

Outras empresas estrangeiras já estão participando da partilha do lítio brasileiro. É o caso das canadenses Sigma Lithium e MG LIT (Lithium Ionic) e da australiana Latin Resources.

Foto: José Paulo Lacerda/Agência CNI

Consumo de bens industriais no país recua 2,5% em julho, segundo Ipea

O consumo de bens industriais recuou em -2,5% na passagem de junho para julho, segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que foram divulgadas na terça-feira (19). Quando comparado com julho de 2022, o indicador mensal de Consumo Aparente de Bens Industriais do Ipea apontou queda de -5,2%.

"Este resultado ocorreu em razão do recuo de 3,5% da produção interna destinada ao mercado nacional (bens nacionais) e da alta de 0,2% das importações de bens industriais", destacou o Ipea.

Por classes de produção, em julho, a indústria extrativa caiu 16,6%. Já a indústria de transformação teve um recuo de 1,8%, com destaque para o consumo de bens de capital (máquinas e equipamentos etc.) que desabou -5,7%. Já o de bens intermediários, que são aqueles insumos produzidos para compor outros bens (componentes de televisão, por exemplo), o recuo foi de -2,4%. A queda no consumo de bens industriais está ligada diretamente à política monetária contracionista do Banco Central (BC), de Roberto Campos Neto, que por meio da taxa básica de juros Selic (que nos 12 meses até agosto ficou nos 13,75% ao ano), impõe restrições à oferta de crédito do país.

Frente à repressão que o BC está impondo ao consumo de bens, 13 dos 22 segmentos da indústria de transformação tiveram desempenho negativo frente a junho. Veja a tabela a seguir, reproduzida do Ipea.

No último mês do primeiro semestre de 2023 o indicador havia apontado um crescimento de 1,4%. Com o resultado de julho, o consumo de bens industriais apresentou uma queda de -0,3% no trimestre móvel encerrado em julho. Frente ao ano passado, a queda é de -2,6%.

No trimestre móvel encerrado em julho, o resultado da indústria extrativa também foi negativo, -7,1%. A indústria de transformação teve um recuo de -1,8%, com destaque para queda também do consumo de bens de Capital (-0,6%).

No acumulado em doze meses, a demanda por bens industriais está -1,1% em baixa, corroborando com o cenário de estagnação já apontado pela Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em julho de 2023, a produção industrial nacional recuou 0,6% frente a junho, de acordo com o IBGE. Em relação a julho de 2022, a queda foi de 1,1%, e no acumulado de 12 meses até julho, não houve crescimento da produção (0,0%).

Quatorze das 15 regiões pesquisadas pelo IBGE registraram quedas em suas produções. As maiores quedas vieram do Amazonas (-8,8%), Bahia (-6%) e Pará (-4,4%). A indústria paulista, a maior e mais desenvolvida do país, teve um recuo de -0,5% na comparação mensal.

Ao divulgar os números da indústria em julho, o analista da analista da PIM Regional, Bernardo Almeida, apontou os juros altos como o principal fator para a atual situação industrial brasileira.

"É possível perceber uma perda de ritmo na indústria nacional como um todo, que pode ser observada desde março, quando atingiu um crescimento de 1,1%. Isso pode ser explicado pela conjuntura atual, pela taxa de juros que ainda se encontra em um patamar elevado, o que pressiona a linha de crédito disponível para o investimento. Isso recai diretamente sobre a cadeia produtiva, sobre as tomadas de decisões por parte dos produtores, já que o investimento se torna mais caro. Isso vale também para os resultados regionais, com um cenário disseminado de resultados negativos em 14 dos 15 locais pesquisados", diz o pesquisador.

Na quarta-feira passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central define o novo patamar da taxa básica de juros, atualmente em 13,25%. A queda de meio ponto percentual em agosto – depois de um ano em 13,75% a.a., manteve o Brasil campeão mundial de juros reais.

Economia cai 0,3% em julho, aponta Monitor do PIB-FGV

Em julho deste ano, a atividade econômica brasileira recuou -0,3% ante ao mês anterior, segundo o Monitor do PIB apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), divulgado na quarta-feira (20).

Em nota, a coordenadora da pesquisa, Juliana Trece, afirmou que "a retração de 0,3% da economia brasileira em julho é explicada, pela ótica da oferta, por quedas nas três grandes atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços) e, pela ótica da demanda, por recuos no consumo das famílias e na formação bruta de capital fixo".

"Destaca-se", seguiu a economista, "que a retração do consumo das famílias é a primeira após cinco meses consecutivos de crescimento e ocorreu de forma disseminada entre os tipos de consumo. Embora a economia tenha apresentado resiliência do crescimento no primeiro semestre do ano, o resultado de julho, acende alerta sobre a sustentabilidade do mesmo patamar de crescimento no restante de 2023".

No trimestre móvel encerrado em julho, o consumo das famílias cresceu 2,6%. Juliana Trece ressalta que "desde o final de 2022 há uma tendência de desaceleração do crescimento do consumo das famílias explicada, principalmente, pela redução do crescimento do consumo de serviços".

Por outro lado, os investimentos em máquinas e equipamentos, construção e outros – medidos pela Formação bruta de capital fixo (FBCF) – recuaram -3,2% no trimestre móvel findo em julho. "O segmento de máquinas e equipamentos, que tem apresentado quedas desde o trimestre findo em janeiro, segue ampliando sua retração e registrou queda de 9,4% no trimestre móvel encerrado em julho", ressaltou Juliana Trece.

Desde o 2º trimestre deste ano, o PIB, que é a soma de todas as riquezas produzidas no Brasil, vem apresentando enfraquecimento. A queda de 0,3% do PIB em julho está de acordo com o movimento de contração econômica que está proposto pelo Banco Central (BC), por meio dos seus juros (Selic) em níveis escorchantes.

Em julho, a taxa de juros Selic ainda estava em 13,75% ao ano – fixada desde agosto de 2022. Hoje, após dois cortes de 0,5 pontos percentuais – que só foi possível pela pressão social contra os juros – a taxa encontra-se encontra em 12,75%, mas ainda mantém o seu potencial de aleijar os investimentos, o consumo de bens e serviços e o mercado de trabalho.

"Temos complicadores na economia. Os juros estão elevados, as famílias estão endividadas", apontou Juliana Trece, em entrevista ao Valor Econômico, ressaltando que "a economia tem sido bastante resiliente apesar disso".

"Mesmo com o bônus da agropecuária super significativo no primeiro semestre, estamos vendo que o setor de serviços está conseguindo ser resiliente", declarou. "É normal que o segundo semestre sinta mais os efeitos da política monetária [do Banco Central], porque a agropecuária não vai ter tanta interferência assim. Então é um movimento normal de ter um segundo semestre mais tímido do comparado ao primeiro", acrescentou a economista, que avalia que, mesmo com o fraco ritmo da economia brasileira, o PIB deve crescer 3% este ano.

"A questão da agropecuária e da extrativa mascaram um pouco a nossa condição. Obviamente é número bom crescer 3%, mas temos problema estrutural de taxa de investimento baixo. A indústria mostra sinais de enfraquecimento. Enquanto não conseguirmos resolver a taxa de investimento, vai ser difícil crescer um pouco mais forte", disse Trece.

O Monitor do PIB-FGV é considerado uma "prévia" do Produto Interno Bruto (PIB), calculado oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Contas atrasadas com água e luz atingem recorde em agosto, diz pesquisa da Serasa

Sob o arrocho dos juros altos, mais de 71,74 milhões de pessoas se encontravam na inadimplência em agosto, tendo seus nomes negativados no cadastro de devedores, segundo um levantamento da empresa Serasa Experian. São 320 mil devedores a mais do que foi registrado no mês de julho.

O estudo também aponta que quase 25% do total de inadimplentes tinham dívidas ligadas a contas de serviços essenciais, como luz, água, gás e telefone, por exemplo. Esse é o maior patamar para esse tipo de dívida desde o início da série histórica, em janeiro de 2019.

Apesar do programa Desenrola Brasil, uma iniciativa do governo federal para ajudar as pessoas a limparem os seus nomes, a taxa de juros básica (Selic) do Banco Central continua em níveis de agiotagem em 13,25% ao ano, jogando para a lua as demais taxas de juros do crédito ao consumidor e elevando os índices de inadimplência no Brasil.

Leia mais: https://horadopovo.com.br/contas-atrasadas-com-agua-e-luz-atingem-nivel-recorde-em-agosto-aponta-serasa/

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

‘Serei obrigado a prendê-lo’, disse comandante do Exército ao ‘mito’

Reprodução

General Freire Gomes, então comandante do Exército, frustrou planos dos golpistas

General Freire Gomes, então no comando do Exército, barrou tentativa de golpe de Bolsonaro. Estava ciente de que o golpe não tinha apoio dos comandos do Sul, Sudeste e Nordeste

Os detalhes dados pelo tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, à Polícia Federal, da reunião ocorrida em 24 de novembro no Palácio da Alvorada, na qual o então presidente sonda os militares sobre se teria apoio em sua intenção de dar um golpe de Estado no país, revela que a intenção não se concretizou por falta de apoio militar.

Bolsonaro perguntou se os comandantes estariam fechados com ele na contestação ao resultado das urnas. O almirante Almir Garnier foi o único a responder de bate pronto que sim. O brigadeiro Carlos Batista, da Aeronáutica, ficou calado, e quem enfrentou o presidente foi o comandante do Exército, general Freire Gomes. Ele disse a Bolsonaro que o Exército não compactuava com um golpe e afirmou: “Se o senhor for em frente com isso, serei obrigado a prendê-lo”.

Segundo matéria da jornalista Maria Cristina Fernandes, do Valor, o general Freire Gomes sabia que os comandantes do Sul (Fernando Soares), do Sudeste (Thomaz Paiva), do Leste (André Novaes) e do Nordeste (Richard Nunes) não apoiariam o golpe.

Mauro Cid apontou a existência de uma minuta do golpe, que foi entregue a Jair Bolsonaro pelo assessor da Presidência, Felipe Martins, e que previa a decretação do Estado de Defesa, a contestação do resultado eleitoral, a anulação do resultado e a prisão dos adversários políticos.

Não se sabe ainda se esta minuta do golpe é a mesma que foi encontrada na residência do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, que chegou a ser preso no inquérito que investiga a participação dele – neste caso já como secretário de Segurança de Brasília – nos episódios de 8 de janeiro, que redundaram na invasão e destruição das sedes dos Três Poderes em Brasília.

O atual comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen, afirmou, em entrevista a “O Globo”, que o suposto golpismo do antecessor não representa a posição da Força. “Definitivamente essa não é a posição da Marinha. O interesse da Força é que seja o quanto antes esclarecido [o fato] e que se procure individualizar as condutas e se retire esse manto de suspeição. Naturalmente que a exposição de um ex-comandante da Marinha em alguma medida implica a Força”, disse.

Já o general Tomás Paiva, comandante do Exército, avaliou, em entrevista a Eliane Cantanhêde, que o almirante fez “uma bravata”. “A Marinha embarcou? Não. E que tropas ele (Garnier) tinha para essa aventura maluca?” E criticou: “Isso tudo é tão extemporâneo que nem dá para a gente compreender. Em que lugar do mundo ainda se fala e se dá golpe militar? Coisa mais fora de época.” Segundo Cid, Bolsonaro desistiu do golpe pela falta de adesão do Alto Comando do Exército.

O ministro da Defesa, José Múcio, disse ao jornal Metrópoles que a revelação de Cid “não mexe com ninguém que está na ativa”. Múcio avaliou que as Forças Armadas, enquanto instituição, garantiram “a manutenção da democracia” e que avanços golpistas foram “atitudes isoladas de componentes das Forças”. Filipe Martins, que, segundo Cid, teria entregado a minuta golpista a Bolsonaro, sumiu de circulação após a mudança de governo. Sem cargo público, ele evita dizer até para aliados onde está morando e silenciou suas contas em redes sociais.

Divulgação

Deputado federal do PCdoB de São Paulo

Orlando Silva: “o BC sabota a economia do Brasil; nada justifica essa taxa de juros”

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou ao HP que o Banco Central continua “sabotando a economia” com a taxa básica de juros (Selic) excessivamente alta, apesar de duas pequenas reduções, e defendeu que o investimento público deve ser a base para o crescimento econômico no governo Lula.

Na quarta-feira (20), o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reuniu e decidiu diminuir 0,5 ponto percentual a taxa de juros, que passou de 13,25% para 12,75%. O Brasil ainda tem a segunda maior taxa de juros reais do mundo.

Para Orlando Silva, “o Banco Central sabota a economia do Brasil. Nada justifica a taxa de juros que o Brasil tem. Creio que o nosso desafio é avançar”.

“Essa blindagem que foi dada ao BC, chamada autonomia, cria mecanismos que permitem que o capital financeiro imponha uma política monetária que não se sustenta”, continuou.

“Para retomar o projeto nacional de desenvolvimento, é necessário resgatar o papel do Estado, resgatar a capacidade de investimento público, pensar os caminhos do desenvolvimento e garantir direitos para a nossa gente”, afirmou o deputado federal.

Na manhã deste sábado (23), Orlando realizou uma plenária de seu mandato em São Paulo. O evento reuniu cerca de 430 pessoas de 27 municípios paulistas.

O parlamentar comentou que “o Brasil vive um momento diferente de reconstrução, união e fortalecimento da democracia. Isso exige mobilização e organização popular para que possamos fazer a disputa do governo. O rumo do governo está em disputa”.

A deputada estadual Leci Brandão (PCdoB), vereadores de diversos municípios, lideranças sindicais e representantes de movimentos sociais estiveram na plenária.

Orlando Silva argumentou, em entrevista à Hora do Povo, que todos os golpistas envolvidos no atentado do dia 8 de janeiro, seja na articulação, financiamento ou execução, devem ser condenados e presos.

“Espero que haja a punição exemplar de quem participou do quebra-quebra, quem financiou e quem articulou”, disse.

O parlamentar destacou que a colaboração premiada do tenente-coronel Mauro Cid, que era chefe da Ajudância de Ordens de Jair Bolsonaro, “mostra que o próprio Bolsonaro atuou no sentido de tentar um golpe”.

Depoimento de Cid à PF demonstra que Jair Bolsonaro se reuniu com os chefes das Forças Armadas para pedir apoio para um golpe de Estado e foi barrado pelo então comandante do Exército, general Freire Gomes.

General Freire Gomes disse a Bolsonaro que “se o senhor for em frente com isso, serei obrigado a prendê-lo”. Somente o ex-comandante da Marinha, Almir Garnier, tinha aceitado o plano de Bolsonaro, enquanto o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Batista, ficou calado.

“A punição deve ser exemplar aos golpistas e incluir os líderes políticos e financiadores”, disse o parlamentar do PCdoB.

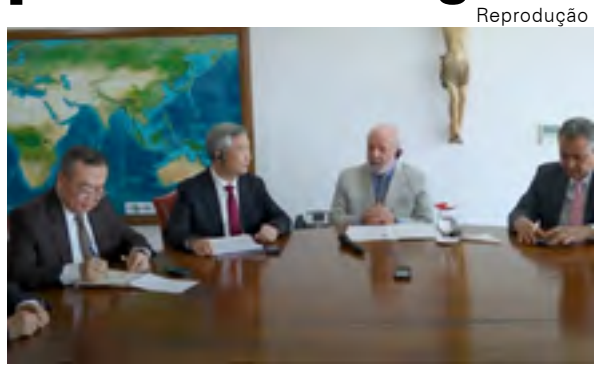
P. B.

Marcos Bruno

Orlando fez plenária com apoiadores

Lula reforça relações comerciais em encontro com Li Xi, dirigente da China: “parceria estratégica”

Reprodução



Presidente Lula com o dirigente chinês, Li Xi

O presidente Lula reforçou e aprofundou as relações comerciais e políticas do Brasil com a China em encontro nesta sexta-feira (22) com Li Xi, membro do Comitê Permanente do Politburo do Partido Comunista da China.

“Hoje recebi Li Xi, dirigente chinês que visita nosso país, sobre a relação entre Brasil e China, além de parcerias em infraestrutura, geração de energia e investimentos industriais. O embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqia, acompanhou a nossa reunião”, informou o presidente nas redes sociais.

Em declaração ao lado do dirigente chinês, o presidente da República destacou que é “sempre um alegria poder receber um país irmão, um país com quem mantemos relação extraordinária, não apenas do ponto de vista comercial, mas também do ponto de vista político”.

Lula pediu a Li para transmitir “ao povo chinês e ao governo chinês que nós temos toda a boa vontade e disposição de estabelecermos cada vez mais uma relação mais forte com a China, seja do ponto de vista comercial, do ponto de vista político, do ponto de vista cultural”.

Ele ainda expressou a participação dos dois países nos fóruns internacionais. “A nossa participação nos fóruns internacionais tem sido muito de pensamentos comuns entre nós. Acho que estaremos juntos em muitas das lutas que temos que travar para que as instituições multilaterais possam funcionar melhor e mais democráticas”.

“Eu, pessoalmente, disse ao presidente Xi Jiping da nossa disposição de contar com o apoio chinês para mudança do Conselho de segurança da ONU”, completou.

“A ONU precisa ser fortalecida com a participação de outros países, porque, hoje, a ONU não tem muita credibilidade em nenhuma das decisões que ela toma”, criticou.

Lula disse contar com a participação da China nos projetos de desenvolvimento do país e “confirmar a nossa parceria estratégica e fortalecer a nossa relação para que a China participe desse momento de desenvolvimento do nosso país”.

“Lançamos um forte programa de desenvolvimento e nós, obviamente, queremos que muitas empresas chinesas participem desse momento extraordinário de uma revolução na questão energética, ou seja, na perspectiva de energia renovável, seja solar, seja eólica, seja biodiesel, seja etanol, seja hidrogênio verde”, prosseguiu Lula.

O presidente afirmou para Li que vê com “bons olhos a perspectiva de um acordo entre a Embraer e a empresa chinesa”. “Acho que um país do tamanho da China e com a população da China seria extremamente importante que a Embraer pudesse se instalar na China com a empresa chinesa e poder produzir os aviões para quem quiser comprar”.

Lula declarou ainda que espera a participação do presidente chinês, Xi Jiping, na reunião do G20 no próximo ano, no Brasil.

“Para que a gente possa discutir o desenvolvimento sustentável, a transição energética, a transição climática, e para que a gente possa discutir a democratização das instituições de Bretton Woods, sobretudo o Banco Mundial, FMI, que precisam ser democratizados para emprestar dinheiro em condições mais favoráveis aos países pobres em desenvolvimento”, disse.

Turma de Jair Bolsonaro fez movimentações suspeitas de R$ 26,7 milhões, mostra Coaf

Ex-ajudantes de ordens e outras pessoas próximas de Jair Bolsonaro tiveram “movimentações atípicas” em suas contas bancárias que somam R$ 26,7 milhões entre 2020 e 2023, apontam relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e da Receita Federal.

As informações, relativas somente às contas correntes, foram entregues pelos órgãos à CPMI do 8 de janeiro e compiladas pelo g1.

As movimentações dos ex-ajudantes de ordens de Bolsonaro superam entre 15 e 59 vezes os salários que eles recebiam oficialmente. Esses ex-assessores movimentaram R$ 22,4 milhões entre 2020 e 2023.

Esses valores e movimentações atípicas podem ser indício, segundo os órgãos de fiscalização, da prática de lavagem de dinheiro. Além disso, podem indicar a prática de “rachadinha” na Ajudância de Ordens de Bolsonaro.

Mauro Cid, ex-chefe da Ajudância de Ordens, que fechou um acordo de delação premiada com a Polícia Federal, teve a maior movimentação entre todos. Entre entradas e saídas, ele movimentou R$ 13,5 milhões em suas contas bancárias.

Essa movimentação é incompatível com seu salário no período, que era de R$ 23,8 mil. Isso significa que Mauro Cid movimentava um valor 19 vezes maior do que seu salário.

Luis Marcos dos Reis, que também era ajudante de ordens de Bolsonaro, recebia um salário de R$ 7 mil, mas movimentou R$ 5 milhões entre 2020 e 2023.

No primeiro semestre de 2023, dos Reis movimentou R$ 635 mil. Seu salário nesse período foi 15 vezes menor do que a movimentação.

A movimentação nas contas de Osmar Crivelatti, outro ajudante de ordens investigado no caso da venda de joias nos Estados Unidos, foi de R$ 2,6 milhões entre 2020 e 2023.

Somente em 2023, Crivelatti movimentou R$ 884 mil, valor que corresponde a 59 vezes seu salário. Como indicou o g1, “é como se, em seis meses, ele tivesse recebido o salário correspondente a cinco anos de trabalho”.

O pai do ex-ajudante de ordens Mauro Cid, Mauro Lourena Cid, que atuou como “laranja” de Jair Bolsonaro no esquema de venda de joias, teve uma movimentação de R$ 3,9 milhões entre 2021 e 2023.

Os relatórios do Coaf e da Receita Federal ainda citam como “movimentações atípicas” aquelas nas contas dos ex-ajudantes de ordens Luiz Antonio Gonçalves de Oliveira, Jairo Moreira da Silva e Adriano Alves Teperino.

Os parentes de Michelle Bolsonaro, Antonio Braga Firmo Ferreira e Maria Helena Graces de Moraes Braga, também foram indicados.

Os órgãos explicaram que movimentação atípica pode ter sido identificada por diversos aspectos, como o montante movimentado, a quantidade e a periodicidade de saques, a movimentação de grandes quantias em contas geralmente paradas, transferências unilaterais, entre outros.

O Coaf, nos relatórios enviados à CPMI, destacou que o grupo investigado tinha o costume de fazer transações entre si, muitas vezes em valores superiores aos salários, o que pode ser indício de uma ilegalidade. O montante transferido entre os membros do grupo foi de R$ 171,4 mil.

O ex-chefe da Ajudância de Ordens, Mauro Cid, foi o maior beneficiário das transferências. Ao todo, ele recebeu R$ 130,4 mil. Cid transferiu para os colegas R$ 20,5 mil.

A maior transferência foi de Luis Marcos dos Reis para Mauro Cid, no valor de R$ 72,9 mil. Segundo dos Reis, o valor era referente a venda de um carro.

Em seguida vem a transferência de R$ 38 mil de Mauro Lourena Cid para seu filho, Mauro Cid. Outros R$ 17 mil foram enviados de Jairo Moreira da Silva para Mauro Cid.

TSE tem maioria para rejeitar recurso do “mito” contra a inelegibilidade

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já formou maioria dos ministros para rejeitar o recurso da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) contra a decisão que o tornou inelegível por oito anos, por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.

O recurso está sendo julgado desta vez no modo virtual que começou nesta sexta-feira (22), mais de dois meses depois da decisão dos ministros pela condenação do político do PL.

O plenário virtual é um formato de deliberação em que os ministros apresentam seus votos na página eletrônica da Corte Eleitoral. O julgamento termina às 23h59 do dia 28 de setembro.

Acompanharam o voto do relator, o ministro Benedito Gonçalves, contra o recurso a ministra Cármen Lúcia e os ministros André Ramos Tavares e a Alexandre de Moraes.

O recurso foi apresentado ao próprio TSE em agosto, após o tribunal publicar o chamado acórdão (decisão colegiada dos ministros).

Os advogados apresentaram os chamados “embargos de declaração”, tipo de recurso que permite esclarecer eventuais contradições e obscuridades na decisão da Corte.

O TSE condenou Bolsonaro por 5 votos a 2 no fim de junho por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação ao fazer reunião com embaixadores, em julho de 2022, e atacar, sem provas, o sistema eleitoral. A ação foi apresentada pelo PDT.

A apresentação dos embargos antecede qualquer recurso que seja apresentado ao STF (Supremo Tribunal Federal). Independentemente da apresentação dos embargos, os efeitos da condenação, como a inelegibilidade, seguem valendo.

Delegados da PF rebatem Lira e dizem que “não privilegiam nem perseguem ninguém”

O presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), Luciano Leiro, afirmou que “as investigações conduzidas pela PF não privilegiam nem perseguem ninguém”, contrapondo-se às críticas feitas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que foi citado em investigações sobre corrupção.

“A Polícia Federal é órgão de Estado e conquistou ao longo de sua história o prestígio e a confiança da sociedade na seriedade de seus policiais”, disse.

“As investigações conduzidas pela PF não privilegiam nem perseguem ninguém, são sempre pautadas pela legalidade e pela imparcialidade”, declarou Luciano.

A fala do presidente da ADPF foi feita poucos dias depois de Arthur Lira reclamar que “alguns excessos” na atuação da Polícia Federal “estão aflorando” e que o governo Lula deveria “ter cuidado”.

“Polícia Federal não trabalha nem como promotor de Justiça nem como juiz. Ela tem que ir até a investigação. Acabou a investigação, acabou o papel. Ela não pode ir além disso. Tem policiais indo além disso”, continuou o presidente da Câmara.

O presidente da Câmara comentou, em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, sobre as operações que investigavam um esquema de corrupção na compra de kits de robótica, nas quais ele próprio aparecia como investigado.

Os kits de robótica eram vendidos, com sobrepreço de até 420%, por pessoas próximas a Arthur Lira para Prefeituras de Alagoas. O dinheiro para a compra vinha do “orçamento secreto”, mecanismo de emendas parlamentares que era controlado pelo presidente da Câmara – e que foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Foram encontradas dezenas de provas da existência do esquema de corrupção, como saques e entrega de dinheiro e grupos de Whatsapp onde o esquema era organizado.

Neste momento das investigações, Arthur Lira falou que não se sentia “atingido” pelo inquérito e que não achava “provocativo”.

O nome de Lira só apareceu na investigação quando foi encontrado um bloco de notas, que estava sob posse de um dos membros da organização criminosa, que indicava pagamentos diretos e indiretos para o deputado.

Nas anotações, o nome “Arthur” aparece como beneficiário do dinheiro sujo. “Arthur” recebeu, de acordo com o documento, R$ 265 mil vindos da corrupção. Além disso, há o registro de pagamentos para “Hotel Emiliano = Arthur” referentes ao dia 17 de abril.

O Hotel Emiliano é usado por Lira quando ele se hospeda em São Paulo. No dia 17 de abril, ele estava na capital paulista.

STF forma maioria contra o Marco Temporal da demarcação de terras

Para ministra Rosa Weber, presidente do STF, direitos dos povos sobre as terras por eles ocupadas são direitos fundamentais que não podem ser mitigados

O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou nesta quinta-feira (21), por 9 votos a 2, a tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas. A maioria dos ministros considerou inconstitucional a limitação da demarcação de territórios dos povos indígenas à data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

Só votaram a favor da tese, os ministros Nunes Marques e André Mendonça, indicados por Jair Bolsonaro.

Na sessão desta quarta-feira (21), votaram Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Rosa Weber.

Primeiro a votar nesta tarde, o ministro Luiz Fux argumentou que, quando fala em terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, a Constituição se refere às áreas ocupadas e às que ainda têm vinculação com a ancestralidade e a tradição desse povos. Segundo ele, ainda que não estejam demarcadas, elas devem ser objeto da proteção constitucional.

Ao apresentar seu voto, a ministra Cármen Lúcia ressaltou que a Constituição Federal, ao traçar o estatuto dos povos indígenas, assegurou-lhes expressamente a manutenção de sua organização social, seus costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos sobre as terras tradicionalmente ocupadas. Para a ministra, a posse da terra não pode ser desmembrada dos outros direitos fundamentais garantidos a eles. Ela salientou que o julgamento trata da dignidade étnica de um povo que foi oprimido e dizimado por cinco séculos.

O ministro Gilmar Mendes também afastou, em seu voto, a tese do marco temporal, desde que assegurada a indenização aos ocupantes de boa-fé, inclusive quanto à terra nua. Segundo ele, o conceito de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, que baliza as demarcações, deve observar objetivamente os critérios definidos na Constituição e atender a todos.

Última a votar, a presidente do STF, ministra Rosa Weber, afirmou que a posse de terras pelos povos indígenas está relacionada com a tradição, e não com a posse imemorial. Ela explicou que os direitos desses povos sobre as terras por eles ocupadas são direitos fundamentais que não podem ser mitigados.

Destacou, ainda, que a posse tradicional não se esgota na posse atual ou na posse física das terras. Ela lembrou que a legislação brasileira tradicionalmente trata de posse indígena sob a ótica do indigenato, ou seja, de que esse direito é anterior à criação do Estado brasileiro.

A tese prevê que só podem ser demarcadas terras que já estavam sendo ocupadas por indígenas no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Esse entendimento deriva de uma interpretação literal do artigo 231 da Constituição, que diz:

"São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."

Indígenas são contra o marco temporal, pois a posse histórica de uma terra não necessariamente está vinculada ao fato de um povo ter ocupado determinada região em 5 de outubro de 1988. Isso porque muitas comunidades são nômades e outras tantas foram retiradas de suas terras durante a ditadura militar.

O julgamento foi acompanhado por representantes de povos indígenas no Plenário do STF e em uma tenda montada ao lado do Tribunal. Após o voto do ministro Luiz Fux, o sexto contra a tese do marco temporal, houve cantos e danças em comemoração à maioria que havia sido formada.

Com o resultado do caso no Supremo, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) divulgou posicionamento comemorando o entendimento.

"O MPI seguirá acompanhando de perto as próximas etapas do julgamento até a formação da tese final, para garantir que a proteção dos direitos territoriais indígenas seja plenamente atendida", disse a pasta.

MOBILIZAÇÕES

Grupos indígenas fizeram mobilizações durante todos os dias em que a Corte julgou o caso, desde 2021. Nesta semana, cerca de 300 acompanharam o julgamento por meio de um telão montado sob tendas em frente ao STF.

Lideranças também acompanharam a análise dentro do plenário da Corte. Houve ampla comemoração da decisão do STF.

"Enterramos o Marco Temporal! O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade desta tese jurídico-política que atenta contra o direito originário.", aifrmoua Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

"Vitória dos povos indígenas e do respeito ao seu modo de vida, e da grande contribuição que pode dar à humanidade e ao planeta", afirmou a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima Marina Silva.

"Vitória dos nossos povos originários, que terão os seus territórios assegurados, garantindo assim a perpetuação dos seus valores e tradições!", afirmou a ministra da Ciência Tecnologia e Inovação Luciana Santos.

"Mais uma vitória para o Brasil! A derrubada do marco temporal é resultado da resistência dos povos indígenas, da luta das organizações que defendem a causa e do trabalho incansável do Ministério dos Povos Indígenas, liderado pela querida Sonia Guajajara. Demarcação é democracia!", afirmou a ministra da Cultura Margareth Menezes.

"Uma grande vitória para os povos originários de todo Brasil. Na verdade, a tese já era descabida por excelência. O que está confirmado agora pelo STF é que esta tese fere a Constituição"."Como já dizia Ulisses Guimarães: 'traidor da Constituição é traidor da pátria'. Qualquer decisão acerca do tema por parte do Legislativo será inócua!", afirmou o senador Randolfe Rodrigues.

"Uma vitória histórica para os povos indígenas. A Constituição foi respeitada, assim como os direitos dos nossos povos originários", afirmou a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

FIXAÇÃO DA TESE

Os ministros ainda devem voltar ao caso na próxima quarta-feira (27), para a fixação da tese de julgamento.

Na ocasião, devem ser definidos outros pontos relacionados ao tratamento jurídico sobre a posse indígena de suas áreas. Durante o julgamento, ministros apresentaram diversas propostas, com divergências entre si.

No momento de fixar a tese, a Corte poderá decidir, por exemplo, sobre as possibilidades de indenização a fazendeiros e ruralistas que tenham ocupado, de boa-fé, os territórios indígenas.

O coordenador da Apib (Articulação dos Povos Indígenas), Kleber Karipuna, comemorou a decisão do STF, mas disse que há ainda pontos de alerta.

"Comemoramos hoje porque é uma vitória derrotar o marco temporal. Mas seguimos preocupados com as outras movimentações, os possíveis fechamentos para esse grande acórdão, principalmente relacionada na questão da indenização".

Karipuna acrescentou que a Apib espera que o entendimento do ministro Cristiano Zanin seja o seguido. Zanin não vincula o processo de demarcação das terras indígenas ao pagamento das indenizações e afirma que o ideal é estudar caso a caso.

"Reconhece o direito a indenização de cada proprietário, de cada ocupante de boa-fé, mas isso não pode ser algo vinculante ao processo de demarcação, impedindo dessa forma a demarcação da terra indígena", afirmou Karipuna.

"Algumas vezes, você homologa uma terra indígena e ela passa 10, 15, 20 anos com um ocupante dentro do território porque a indenização ainda não foi paga para ele", afirmou.

Apib

Grupos indígenas fizeram mobilizações durante todo o julgamento do caso

MCTI e Ministério da Defesa assinam contratos de R$ 238 milhões para inovação da indústria

Nesta quinta-feira (21), em Brasília, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em conjunto com o Ministério da Defesa e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), oficializaram uma parceria visa a contratação de 22 projetos de inovação de 25 empresas brasileiras que operam no setor de defesa com o investimento de R$ 238 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDC).

O dinheiro do FNDC destinado para estes projetos é a maior quantia já investida pelo órgão em subvenção econômica para a indústria de defesa.

"O fomento à base industrial de defesa permite ao Estado dispor de inovações imprescindíveis para o monitoramento do meio ambiente e das fronteiras, garantindo a segurança das terras indígenas, da população e do território nacional. Além disso, investimentos no complexo de defesa resultam no aumento das exportações de produtos de alto valor agregado e na geração de empregos qualificados, contribuindo para a fixação de talentos no país. É uma indústria em que as empresas atuam em estreita parceria com Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação, especialmente aquelas ligadas às Forças Armadas", disse a ministra.

A Finep, através de um edital lançado em junho de 2022, fez a seleção dos projetos, abrangendo diversas áreas e tecnologias, que incluem desde propulsão aeroespacial até defesa cibernética e veículos não tripulados. Os benefícios dessa iniciativa se estendem às Forças Armadas, uma vez que esses projetos têm o potencial de elevar as capacidades operacionais das Forças, contribuindo, assim, para a soberania nacional.

O ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, enfatizou que este edital representa um momento histórico na consolidação da Base Industrial de Defesa, o que fortalecerá a resolução de desafios tecnológicos e reforçará a sinergia entre o setor de defesa, a indústria e a academia. Ele também destacou a relevância do setor de defesa, que contribui com 4,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e sustenta 2,9 milhões de empregos, diretos e indiretos, em todo o país.

"Nossas empresas de defesa têm contribuído para que o país alcance graus de prontidão e operacionalidade compatíveis com seus desafios. Essas empresas se destacam pelo esforço para ampliar nossa independência e autonomia estratégica. A Base Industrial de Defesa é composta por diversas organizações públicas e privadas, civis e militares, que realizam pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização de bens e serviços", frisou.

Já o presidente da Finep, Celso Pansera, afirmou que o edital representa a retomada dos investimentos e da industrialização do país. "O que nós estamos fazendo é pegar um sistema de Base Industrial de Defesa maduro, com ICTs com projetos maduros em um momento que temos recursos para anunciar esses investimentos, o que projeta um futuro bastante interessante e que trará capacidade enorme do Brasil de produzir e exportar produtos."

Essa iniciativa está alinhada com uma das missões estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) no contexto da nova política industrial, que enfatiza o estímulo às tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacionais.

Bahia registrou ao menos 46 mortes em decorrência da ação policial em setembro

Ao menos 46 mortes foram registradas em confrontos com a Polícia Militar da Bahia — 45 delas de supostos envolvidos com crimes e uma de um policial federal — somente em setembro. A grande maioria das mortes ocorreu em operações nos bairros periféricos de Salvador.

Dados compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que as mortes decorrentes de intervenção de agentes do Estado mais do que quadruplicaram desde 2015.

Naquele ano, a taxa de ocorrências desse tipo era de 2,3 para cada 100 mil habitantes. No ano passado, chegou a 10,4.

Em 2022, o estado liderou o ranking de mortes violentas no país, com quase 7 mil assassinatos, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O número representa 50 casos a cada 100 mil habitantes.

De acordo com o Fórum, 1.464 dessas mortes aconteceram em confrontos policiais – uma média de 122 por mês.

O Estado da Bahia também foi o que mais matou pessoas em intervenções policiais no ano passado, seja de agentes em serviço ou fora dele. Esse número saltou de 1.335 em 2021, para 1.464 mortes em 2022. O órgão não dispõe de dados referentes ao ano de 2023.A Secretaria de Segurança Publica da Bahia, informou, em nota que, de janeiro a agosto deste ano, as intervenções policiais com resultado morte apresentaram redução de 4,3%, em comparação com o mesmo período do ano passado, mas não divulgou os números absolutos.

Bahia é um dos estados com maior número de mortes em decorrência da ação policial do país

Após diversos registros de confrontos neste mês de setembro, especialmente em Salvador, o secretário de Segurança Pública da Bahia, Marcelo Werner, afirmou que a guerra entre facções é a principal causa da violência no estado.

O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, já havia procurado o governo da Bahia, de Jerônimo Rodrigues (PT), para saber dos acontecimentos que resultaram na morte de 30 pessoas, em um período de uma semana de agosto, no estado, após diferentes confrontos com policiais militares. Somente na capital, Salvador, foram ao menos 10 mortos.

De acordo com o ministro, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos investigará os casos e ouvir as autoridades e os moradores da região. O mesmo procedimento foi adotado, para apurar as mortes no Guarujá, no litoral paulista, de alvos de uma operação da PM de São Paulo.

Em nota, o ministro informou, ao tratar dos recentes casos na Bahia, que "intervenções policiais que resultam em números expressivos de mortes não são compatíveis com um país que se pretende democrático e em consonância com os Direitos Humanos".

Bolsonarista Salles, relator da CPI

"Relator da CPI é acusado de contrabando de madeira e seu relatório não possui legitimidade", afirma MST

"A CPI, sem objeto determinado, realizou diversas sessões em seis meses de atuação, sem apresentar o contraditório, com um relator sem legitimidade, acusado de liderar um esquema de contrabando para os Estados Unidos e Europa de madeira extraída ilegalmente na Amazônia", diz um trecho do comunicado do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), sobre o relatório final apresentado na Comissão Parlamentar de Inquérito, que tenta incriminar o movimento.

O deputado federal, o bolsonarista Ricardo Salles (PL-SP), que se tornou réu na Justiça Federal por corrupção passiva, associação criminosa, facilitação ao contrabando, advocacia administrativa e obstrução à fiscalização ambiental, apresentou nesta quinta-feira (21) o relatório final produzido após quatro meses de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Relator da CPI instalada em maio deste ano, Salles defende, no texto, o indiciamento de 11 pessoas – a maioria, dirigentes do MST. Nomes como o do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Gonçalves Dias; e José Rainha, ex-líder do MST que atualmente coordena a Frente Nacional de Lutas Campo e Cidade (FNL), também constam na lista.

"O MST destaca que o conjunto de denúncias sinalizadas no documento são frágeis, mal escritas, obtidas a partir de provas suspeitas, repletas de devaneios bolsonaristas. Reafirma uma perspectiva de criminalização contra a luta pela terra no Brasil", continua o comunicado.

O relatório de Salles será votado pelos integrantes da Comissão na próxima terça-feira (26). A expectativa, entretanto, é que o texto seja rejeitado. Isso porque ao longo dos trabalhos da CPI, que teve início com maioria bolsonarista e ruralista, a bancada governista e pró-MST aumentou e as sessões da comissão, dia a dia, foram caindo em descrédito.

Além disso, durante os trabalhos da comissão, três pedidos de requerimento que tornariam públicas informações sobre a dívida ativa, financiamento e multas ambientais de empresas ligadas ao agronegócio foram rejeitados, o que evidenciou a falta de compromisso dos membros da oposição. Os pedidos partiram de deputados da base do governo, minoria na comissão. Maioria, os bolsonaristas atuaram para garantir que esses dados não se tornem públicos.

Durante as sessões da CPI, também houve ataques e desrespeito a deputadas, como no caso de Sâmia Bomfim (PSOL-SP), que teve o microfone cortado por mais de uma vez por Salles e por outros deputados da boiada bolsonarista quando tentava fazer denúncias.

INVASÃO DE RESIDÊNCIAS

Outro fato esdrúxulo ocorrido no decorrer dos trabalhos, foi a ida de uma comissão de deputados pró-Bolsonaro ao Pontal do Paranapanema, interior de São Paulo e berço de assentamentos do MST, em plena segunda-feira laboral, resultando na invasão das casas das pessoas – inclusive filmando com celulares o interior das residências, numa total violação do direito à privacidade.

Em uma gravação, o deputado Nilto Tatto (PT-SP) aparece acompanhando a visita, reforçando que os deputados não podem "invadir a residência dos trabalhadores". O presidente da CPI do MST, por sua vez, retruca que a "instrução processual" é dada por Salles, e o relator acrescenta: "Isso não é uma residência". Uma clara ironia e desrespeito ao fato de que algumas das residências violadas eram barracos protegidos por lonas.

"RÉULATOR"

O MST repudia os pedidos de indiciamento de representantes do movimento. "É uma forma de intimidação e perseguição". "Repudiamos os pedidos de indiciamento contra os trabalhadores e as trabalhadoras Rurais Sem Terra citados no documento. Essa manobra é uma forma de intimidação e perseguição contra as lideranças do MST que lutam pela Reforma Agrária Popular". "Salles ataca lutadoras e lutadores reconhecidos historicamente em seus estados por combaterem as desigualdades sociais no campo brasileiro. Não aceitaremos esse tipo de perseguição", continua o documento.

"Salles, o 'réulator", ao apresentar o relatório é visível o seu isolamento político e a tentativa de posicionar acusações no grito, ignorando totalmente os fatos e a realidade. As cenas finais desta CPI são melancólicas e nem deveria ter começado", alfinetou o movimento.

"Em um país, onde brasileiros e brasileiras ainda passam fome e a concentração de terra ainda é uma realidade, apontamos a luta pela terra e da Reforma Agrária como medidas centrais para se discutir um projeto político para o campo, enfrentando os reais problemas do povo e garantindo o direito de viver e produzir alimentos saudáveis", finalizou o texto do MST.

A votação do relatório final do réu Ricardo Salles foi adiada para a próxima semana, após um pedido coletivo de vista. Partidos progressistas avaliam apresentar um relatório paralelo da CPI.

CTB: "Corte de meio ponto na taxa de juros não corresponde às necessidades do país"

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil (CTB) divulgou uma nota cobrando uma queda mais substancial nos juros, após a redução de meio ponto percentual na taxa básica pelo Comitê de Política Econômica (Copom) do Banco Central, na quarta-feira (20).

"Embora a deliberação seja em resposta ao clamor nacional e à mobilização social pela mudança da política monetária, os juros reais continuam em patamares intoleravelmente altos e constituem um grande obstáculo ao crescimento da economia, que dá sinal de desaceleração enquanto os preços estão contidos", afirma a central.

Para o presidente da CTB, Adilson Araújo, o comunicado do BC após a reunião do Copom, afirmando que pretende se preservar no "caminho conservador", com reduções de apenas meio ponto percentual a cada nova rodada, "não corresponde às necessidades de desenvolvimento do país".

A entidade afirma que "os juros altos deprimem o consumo e os investimentos, condenando o país à estagnação, além de impactarem negativamente as contas públicas, restringindo as despesas com saúde, educação, ciência, infraestrutura, entre outras".

"Não vamos ficar parados", disse Adilson Araújo, conclamando por uma mobilização geral dos trabalhadores e da sociedade pela queda dos juros. "Temos que continuar pressionando, conscientizar as bases sobre o que está em jogo e mobilizar a sociedade pela queda substancial dos juros e a queda de Campos Neto", disse.

Sindicalista: Contribuição Assistencial é revogação de retrocesso bolsonarista

CTB

Vicente Selistre é também dirigente do Partido Socialista Brasileiro (PSB-RS)

Vice-presidente da CTB, Vicente Selistre, falou sobre a retomada do financiamento sindical

Vicente Selistre, vice-presidente nacional da CTB, do Núcleo Sindical ligado Partido Socialista Brasileiro, ex-Deputado Federal (PSB/RS) e vice-presidente do Sindicato dos Sapateiros de Campo Bom (RS), declarou, em entrevista ao HP, que "os alvos principais dos governos Temer/Bolsonaro para destruir a estrutura sindical eram o fim do financiamento das entidades e o esvaziamento da negociação coletiva pelos sindicatos". Leia a seguir a entrevista.

HP – *O STF decidiu mudar o entendimento e determinou, por amplíssima maioria, que a Contribuição Assistencial para o custeio das negociações coletivas será cobrada também dos não sindicalizados. Qual o significado da decisão para o movimento sindical?*

VS – Foi um passo muito importante. A primeira revogação aos atentados bolsonaristas contra os direitos dos trabalhadores. O prioritário agora para salvar os sindicatos é recuperar a segurança jurídica do sistema de custeio da atividade sindical, alvo de destruição da reforma trabalhista. Aos sindicatos é que cabe a defesa dos direitos individuais e coletivos da sua classe. É dos sindicatos a obrigação de participar e firmar as convenções e acordos coletivos. Portanto, é a contribuição de todos os trabalhadores para o seu sindicato que deve ser a forma de custeio, até porque as negociações coletivas abrangem todos os membros da categoria profissional representada. São estes direitos e deveres que atendem os princípios constitucionais entalhados no Artigo 8º, em especial em seus incisos IV, e VI. A contribuição deverá ser fixada por decisão soberana da assembleia da categoria profissional, sem direito à negativa individual, como prevê o inciso 4º do artigo 8º da Constituição Federal, bem como a CLT, em seu artigo 503, alínea 'e'.

HP – Segundo o IBGE, em dez anos, o índice de sindicalização, que era 16% em 2016, caiu para 9,2%. A que se deve essa queda?

VS – O Brasil tinha um dos maiores índices de sindicalização do mundo, graças ao sistema de unicidade sindical. Os fascistas, ao mesmo tempo que destruíam o Brasil, sufocavam financeiramente as entidades sindicais e esvaziavam as negociações coletivas, provocando rejeição e afastamento dos trabalhadores aos seus sindicatos.

HP – *Além da contribuição de toda categoria, o que ainda está ameaçado na estrutura sindical brasileira?*

VS – Tem questões imediatas que precisam ser enfrentadas e resolvidas. Temos que salvaguardar os sindicatos de base, para que não sejam sobrepostos ou incorporados pelas centrais e preservar a orientação do artigo 8º da Constituição sobre o poder do sindicato.

É vital para os trabalhadores assegurarmos o sistema de unicidade sindical (um único sindicato por categoria), que garante que as conquistas das convenções e acordos coletivos se estendam para toda categoria. Está na lei, no artigo 8º da Constituição, mas vive ameaçada.

Das questões mais amplas de proteção ao trabalhador, é fundamental sustentarmos a CLT, o legislado sobre o negociado. Devemos buscar a unidade na defesa da Justiça Trabalhista, do Ministério Público do Trabalho e a fiscalização do cumprimento dos direitos trabalhistas nas empresas pelo Ministério do Trabalho.

HP – *Lula instalou a comissão tripartite sobre o fortalecimento da negociação coletiva. O que você espera que tenha sido discutido?*

VS – Devia estar sendo discutida a revisão da terceirização da atividade-fim das empresas. A terceirização indiscriminada está levando ao trabalho análogo à escravidão. Devia estar sendo discutido o fim do trabalho intermitente, o trabalhador só ganha o tempo que trabalha, ficando à disposição do patrão o dia inteiro. Ou que a homologação volte a ser dentro dos sindicatos, para que os direitos, na hora dura da demissão, sejam respeitados. Devia-se buscar avanços na organização no local de trabalho, eleição das comissões de fábrica, com estabilidade para os eleitos, em eleições organizadas pelo sindicato. Isso tudo nos une, como nos une também a proteção do trabalhador em plataformas e aplicativos. Estes companheiros e companheiras, com trabalho por vezes extenso e penoso, têm, indiscutivelmente, o direito à carteira de trabalho assinada, à previdência social para futura aposentadoria, para as situações de doença e de acidentes.

HP – *Qual é, para você, a prioridade nacional?*

VS – A prioridade do Brasil é a reindustrialização. O Estado tem que tomar a dianteira, proteger nosso setor produtivo e nossas vocações regionais, investir o que puder com financiamento sem juros ou que sejam compatíveis, fazer compras nas empresas nacionais, botar para rodar as máquinas paradas, qualificar trabalhadores com política permanente e ampla de educação profissional, fazer pesquisa. Não existe nação forte, sem uma indústria forte! Esse é o risco que corremos, o Brasil deixar de ser uma nação.

A situação se aprofundou terrivelmente entre 2016-2022. É a miséria, o desemprego e a precarização para a classe trabalhadora, o retrocesso nos direitos, a perda do poder aquisitivo do salário mínimo, que é insuficiente para sustentar um trabalhador – o que se dirá uma família (uma cesta básica para alimentar um trabalhador com qualidade custa mais de meio salário mínimo!).

Precisamos enfrentar o rentismo, os privilégios dos financistas, dos banqueiros e especuladores em geral. São parasitas que sangram o capital nacional, nossos direitos trabalhistas, nossas riquezas naturais, os setores estratégicos. Na minha opinião, o presidente Lula vai precisar jogar no chão a taxa de juros, fazer uma auditoria da dívida pública que absurdamente se apropria da metade do nosso orçamento.

HP – Foi apresentado ao presidente um projeto de mudanças na estrutura sindical, elaborado por algumas centrais. Qual sua opinião sobre essa proposta?

VS – Sobre o projeto preparado por algumas centrais, até a linguagem é um tanto estranha ao movimento sindical brasileiro. Desde o título "atualização sindical" aos termos usados, como taxa de densidade, taxa de cobertura, câmara de autorregulação, fusão, consórcio, agregação, desmembramento, desconexão, incorporação, aferição de representatividade, entre outros, precisam ser melhor discutidos. Pela complexidade e pela importância que é a representação sindical, estes temas precisam ser mais aprofundados e compreendidos, se for o caso. Colocar estas curiosidades na dianteira é, como dizem os campesinos, "colocar a carreta na frente dos bois".

CARLOS PEREIRA

CPTM e do Metrô-SP aprovam paralisação no dia 3 contra as privatizações de Tarcísio de Freitas

Os trabalhadores do Metrô de São Paulo e da CPTM aprovaram greve para o dia 3 de outubro contra a privatização das empresas públicas paulistas. Os funcionários da Sabesp também devem decidir sobre a paralisação unitária nos próximos dias.

"Os trabalhadores estão dando um basta nesse processo pernicioso que é a privatização do transporte público metroferroviário em São Paulo. Basta! A população está sofrendo com a queda na qualidade dos serviços prestados nas linhas concedidas", afirma comunicado dos trabalhadores da CPTM, que denunciam o projeto do governador Tarcísio como "um ato de desmantelamento do transporte público e saneamento básico".

A mobilização prevê um dia de paralisação. Na véspera, dia 2, as entidades se reúnem em nova assembleia para organizar a greve.

A adesão dos metroviários ao movimento foi anunciada pela presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Camila Lisboa, durante audiência pública contra as privatizações da Sabesp, Metrô e CPTM, realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) na quarta-feira (20).

"Os metroviários acabaram de aprovar greve no dia 3 de outubro, junto com a CPTM. As Linhas 8 e 9 pioraram depois da privatização e esses bilionários estão ganhando dinheiro. Por isso vai ter greve no metrô e na CPTM, greve conjunta. Vamos fazer história e mostrar a força da unidade dos trabalhadores para o governador Tarcísio", afirmou.

A audiência na Alesp foi realizada pelos mandatos dos parlamentares do PCdoB, PSOL e PT. Movimentos sociais e sindicais também marcaram presença no evento.

O presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Saneamento Público, deputado Emídio de Souza (PT), afirmou que Tarcísio vai ser obrigado a recuar da venda da Sabesp, assim como recuou durante a campanha eleitoral, quando caiu nas intenções de votos nas pesquisas. "Ele já recuou de tanta coisa. Ao final dessa luta vai recuar da privatização dos serviços essenciais de São Paulo", disse.

A vice-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp (Sintaema), Helena Maria, ressaltou que "quando o Projeto de Lei chegar aqui [na Alesp], precisamos estar com muita gente na rua e mostrar para a população que Tarcísio não tem nenhum argumento que justifique a privatização da Sabesp. É por isso ele mente, engana o povo", denunciou a dirigente.

Helena ressaltou que, além de entregar o patrimônio público para o setor privado, Tarcísio quer usar o dinheiro da venda para subsidiar a manutenção das tarifas. O setor privado ganha duas vezes. "Em caso de venda da Sabesp esse tipo de subsídio da tarifa, se for feito, será por um período curto. Depois as tarifas vão aumentar e o serviço prestado à população vai piorar", explicou.

Rene Vicente, presidente da CTB em São Paulo, destacou que Tarcísio quer é transformar um bem essencial à vida em uma mercadoria. "Mercadoria não atende à população. Quando se fala em mercadoria quer dizer que quem tem dinheiro paga e quem não tem fica de fora. O compromisso de Tarcísio é com os tubarões do saneamento que tem seus salários elevados e rebaixam trabalhadores a uma situação de semiescravidão", disse.

Para Camila Lisboa, presidente do Sindicato dos Metroviários, o governador Tarcísio quer se apresentar como o novo representante do Bolsonarismo. "Quer mostrar que sabe fazer o que a burguesia quer, que é vender patrimônio público e transformar direitos em fonte de lucro".

Camila avalia que o diálogo com as pessoas através do plebiscito, lançado pelas entidades que compõem a Campanha contra a Privatização da Sabesp, Metrô e CPTM no início do mês, deu mais ânimo para a luta contra a entrega desses serviços essenciais. "Precisamos entrar com confiança e para ganhar essa luta. Tarcísio não pode achar que pode vender tudo", completou.

O plebiscito contra a privatização também conta com apoio dos parlamentares, contrário à privatização dessas empresas.

"Os parlamentares aqui presentes não vão medir esforços para ser uma forte oposição cada vez que um desses projetos de privatização chegar aqui. E nós temos certeza de que não vamos medir esforços pra barrá-los", afirmou a deputada Paula, da Bancada Feminista (PSOL).

Helena afirmou que, "com a greve unificada, nós vamos convocar a imprensa e mostrar que o governador está na contramão do mundo. Onde houve privatização, só piorou. Vamos levar o debate para o ano que vem durante as eleições e na conversa com os municípios vamos ver quem é quem".

Sintect-SP

Funcionários dos Correios aprovam acordo coletivo com aumento real a partir de janeiro

Em assembleia nesta quinta-feira (21), os trabalhadores dos Correios de São Paulo aprovaram a proposta apresentada pela empresa para o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho.

A assembleia, liderada pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo (Sintect-SP) e pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), foi a última das 31 assembleias regionais da categoria ocorridas em todo o país, que em sua maioria definiram por aceitar a contraproposta feita pela direção dos Correios.

Segundo a Federação, a luta da categoria é recuperar, na atual campanha salarial, importantes cláusulas e direitos perdidos nos últimos quatro anos sob a gestão Bolsonaro. Segundo as entidades sindicais, nesse período, as perdas salariais da categoria chegaram a 40%. "As negociações foram intensas e ocorreram de forma muito diferente dos anos anteriores, em que o governo e a direção da empresa nem dialogavam com os trabalhadores", afirmou o presidente do Sintect-SP, Elias Diviza.

Em São Paulo, os trabalhadores decidiram, no entanto, permanecer em estado de greve para garantir o cumprimento do compromisso assumido pelo presidente da empresa, em reunião com o Sinditec, de efetuar mudanças no compartilhamento do plano de saúde. "Se não cumprir vai ter luta!", afirma o sindicato.

A proposta aprovada inclui aumento real linear de R$ 250 a partir de janeiro nos salários para quem ganha até 7 mil reais, e 3,53% para quem recebe acima de 7 mil.

Além da pauta econômica, a categoria luta por pautas essenciais, como mudanças no plano de saúde, melhores condições de trabalho, contratação de novos servidores e o fim da distribuição alternada de correspondência, o que, segundo os trabalhadores, afeta diretamente a qualidade dos serviços dos Correios.

Em relação ao plano de saúde, o sindicato informou que, na reunião de segunda-feira (18) com as entidades, o presidente da ECT assumiu o compromisso em ATA de implantar até janeiro as mudanças na coparticipação, reduzindo de 30% para 15%, o que representa 50% a menos do que é cobrado atualmente.

Apesar do acordo, a federação e os sindicatos regionais também ressaltam que "se houver algum descumprimento mobilizarão a categoria para a luta e, se preciso, será organizada e decretada uma greve por tempo indeterminado já em janeiro".

Em São Paulo, a assembleia também aprovou apoio à luta dos trabalhadores da Sabesp, do Metrô e da CPTM contra "o ataque privatista do governador bolsonarista de São Paulo, Tarcísio de Freitas".

Arquivo

Homenagem a Victor Jara em 2019

Mil violões tocam para homenagear Victor Jara em Santiago do Chile

Na homenagem deste dia 19, mil violões concorreram para que a memória do cantor e compositor do povo chileno, assassinado dias depois do golpe de Pinochet, ressoasse nas ruas da capital chilena

Em 16 de setembro, há 50 anos, assassinaram o cantor chileno Victor Jara, cinco dias depois do golpe de Pinochet contra o governo de Salvador Allende.

Um ícone da música popular chilena e ativista dos processos de transformação econômica e social do governo Allende, Jara foi preso, publicamente torturado e assassinado com 44 tiros após ser pego na Universidade Técnica do Estado, onde trabalhava como professor. Ele tinha 40 anos.

Autor de canções como "Eu lembro de você Amanda", "O direito de viver em paz" ou "Manifesto", Víctor Jara é considerado um símbolo da Nova Canção Chilena, movimento musical e social da década de 1960 ao início da década de 1970. Seu assassinato foi um dos mais traiçoeiros cometidos pela ditadura (1973-1990), que deixou mais de 4.000 vítimas, entre mortos e desaparecidos. Jara foi cruelmente agredido por ser uma figura pública na época. "Foi-lhe aplicada tortura física, sendo os golpes mais severos os que recebeu na região do rosto e nas mãos", segundo a investigação do juiz Miguel Vázquez.

O Supremo Tribunal do Chile condenou em 28 de agosto último – só agora – sete militares reformados a até 25 anos de prisão pelo sequestro e assassinato do cantor e compositor.

As agressões ao músico filiado ao Partido Comunista do Chile "tiveram como principal motivo" a sua atividade artística, cultural e política, "intimamente ligada ao governo recentemente derrubado" do socialista Salvador Allende, acrescenta a sentença. Após três dias de tortura, quando foi ordenada a transferência dos detidos do Estádio do Chile para o Estádio Nacional, Jara foi separado dos outros presos e levado aos vestiários, onde foi assassinado.

Com canções, versos, flores vermelhas e lembranças, os amigos e colegas do cantor e compositor chileno acompanharam a homenagem esta semana no estádio que hoje leva seu nome na capital do país, Santiago do Chile.

Repetindo a homenagem realizada em no dia 28 de setembro de 2013, a chamada "Mil violões para Víctor Jara" onde mais de mil pessoas junto com seus violões interpretaram juntos músicas de seu repertório, no próximo 19 de setembro, às 16h, na Plaza La Paz da Recoleta, acontecerá "Mil violões e mil vozes para Víctor Jara 2023", que terá como contexto histórico a memória dos 50 anos do golpe de estado e do assassinato do músico, cantor e compositor.

Saque colonial é responsável pela crise migratória, diz líder africano

Reprodução

Touadéra, presidente da República Centro-Africana, na Assembleia Geral da ONU

"A escalada da crise migratória é consequência da pilhagem dos recursos naturais dos países empobrecidos pela escravidão, colonização e imperialismo ocidental" denunciou o presidente da República Centro-Africana

O presidente da República Centro-Africana (RCA), Faustin Touadéra, durante seu pronunciamento na 78ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, apontou para os "séculos de saque", efetuados pelas potências coloniais europeias antes e agora pelo imperialismo exercido principalmente pelos Estados Unidos.

"Esta escalada da crise migratória é uma das terríveis consequências da pilhagem dos recursos naturais dos países empobrecidos pela escravidão, pela colonização e pelo imperialismo ocidental, pelo terrorismo e pelos conflitos armados internos", denunciou o líder africano em seu discurso, nesta quinta-feira (21),.

Afirma Touadéra, que essa rapina resultou nos problemas que a África enfrenta hoje.

A fala do presidente da República Centro-Africana foi uma resposta ao discurso de ontem, quarta-feira (20), da primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, centrado na questão da imigração ilegal em seu país. Em seu discurso, a política de direita equiparou a situação dos migrantes ao antigo tráfico negreiro.

"Estes jovens que simbolizam o presente e o futuro do nosso continente procuram desesperadamente juntar-se aos países do continente europeu", afirmou Touadéra, como se a Europa fosse um ilusório Eldorado.

O presidente centro-africano exigiu que a África tenha um maior papel na solução dessa crise.

"A ONU deve ir além do nosso compromisso comum de reavivar a solidariedade global. Deve envolver os países africanos nessa procura de soluções globais, incluindo as crises migratórias e para as questões existenciais que os jovens enfrentam no continente africano."

O presidente da RCA, vem de dar uma dura resposta à intromissão de Macron nos assuntos internos de seu país.

As relações entre a República Centro-Africana (RCA) e a Rússia não dizem respeito à França, disse o presidente Faustin Touadera ao presidente Emmanuel Macron, de acordo com a agência de notícias estatal francesa RFI, no fim de semana. Comentário feito durante reunião com Macron em Paris na quarta-feira, a caminho de Cuba para a cimeira do G77.

O líder da nação africana, segundo o seu porta-voz, Albert Yaloke Mokpeme, disse a Macron que a RCA estava cooperando "com as autoridades russas no âmbito de um acordo de defesa e formação entre Estados", enfatizando que outros aspectos das relações "não eram assuntos de Paris".

No final de semana, Mali, Níger e Burkina Faso anunciaram a criação da Aliança dos Estados do Sahel (AES), para fortalecer sua soberania e lutar contra o terrorismo, como relatou à Sputnik África, Fousseynou Ouattara, vice-presidente da Comissão de Defesa e Segurança do Conselho de Transição em Mali.

A Carta Liptako-Gourma, que estabelece a Aliança dos Estados do Sahel (AES) visa estabelecer uma arquitetura de defesa coletiva e assistência mútua em benefício das populações do Mali, Burkina e Níger, foi assinada pelos chefes de estado dos três países.

Netanyahu é recebido com uma semana de manifestações de repúdio nos EUA

Netanyahu, ao promover o golpe para manietar o Poder Judiciário, abrindo passo para a imposição de um governo ditatorial, autocrático e messiânico antipalestino, foi recebido com manifestações de repúdio por onde passou em sua visita aos Estados Unidos. O maior ato de repúdio se deu em Nova Iorque

Ao mesmo tempo, durante a 38ª semana de protestos, 170 mil se reuniram em Tel Aviv em ato encabeçado pela faixa afirmando: "Não perdoamos", em uma referência ao Yom Kipur (Dia do Perdão para os judeus)

Já à sua chegada, no aeroporto San José, na Califórnia, na segunda-feria, 18, Netanyahu foi recebido por uma manifestação de repúdio ao ataque ao Judiciário israelense, cujo primeiro passo na supressão de seu poder foi a anulação da Lei de Razoabilidade, pela qual a Corte Suprema de Israel pode declarar nula, se comprovada sua falta de sentido, uma lei aprovada no parlamento israelense, o Knesset.

Dessa forma, como já ameaçam, os extremistas no Knesset podem retirar cidadania de lideranças que se colocam como opositores do regime, podem declarara anexos territórios palestinos ferindo os Acordos de Oslo, podem estender o mandato da excrecência governista atual, medidas que parlamentares da coalizão no poder têm alentado desde que assumiram.

Ao ato no aeroporto foi seguido outro com apitos e buzinas diante do hotel Signia by Hilton onde ficou hospedado ainda na cidade californiana.

Os atos se seguiram em todos os pontos onde o primeiro-ministro chegou. Presentes às manifestações principalmente judeus norte-americanos e israelenses que residem nos EUA ou que viajaram especialmente para participar dos atos de rechaço.

Emil Salman/Haaretz

Liberdade, Igualdade e Democracia, exige manifestante

O maior ato ocorreu diante da sede da ONU, em Nova Iorque, com milhares de participantes que bradavam "Democracia" e "Vergonha" (em referência ao golpe que Netanyahu encabeça). A manifestação aconteceu no momento em que ele fazia seu pronunciamento perante a Assembleia Geral da ONU.

Ainda em sua estada na Califórnia, o diretor executivo da Sinagoga Beth El de San José, David Ginsborg, foi dos primeiros a se pronunciar contra o dano causada pelo premiê: "É ultrajante, simplesmente ultrajante, eu luto por uma Israel que seja uma democracia, de pluralismo religioso. Netanyahu não representa isso".

Para Ginsburg, o que Israel deveria fazer é sentar com os palestinos e "construir consenso em favor da paz".

"O que causa dano a Israel e de sua imagem diante do mundo, são as ações do governo Netanyahu incluindo das pessoas do mal que se reuniram em torno dele", disse a diretora da Universidade de Stanford, Nathalie Landesman.

Ativistas reunidos na organização UneXeptable, emitiram declaração conjunta deixando claro que "Netanyahu não é bem-vindo quando tenta implantar um regime ditatorial em Israel. Onde quer que ele vá, estaremos lá para mostrar a ele que nosso apoio vai para uma Israel democrática, justa e igualitária".

"Estamos aqui para dizer ao mundo que o primeiro-ministro Netanyahu é responsável peo desmonte da democracia de Israel, afirmou o rabino Josh Weinberg, presente ao ato em Nova Iorque.

Também presente ao ato, o ex-diretor, aposentado, do seminário religios, Colégio União, em Jerusalém, Naamah Kelman, denunciou que "este governo está destinando bilhões de shekels (moeda israelense) para promover valores antidemocráticos nas escolas, para humilhar nossos cidadãos árabes e cimentar a ocupação das terras do povo palestino na Cisjordânia. Netanyahu e seus aterradores ministros da Justiça, Finanças e Segurança Nacional esqueceram a essência do judaísmo".

Integrantes do "Bloco contra a Ocupação" se manifestaram diante do hotel localizado a Park Avenue, em Nova Iorque, onde Netanyahu se hospedou. Nas faixas e palavras de ordem entoadas pelos manifestantes, se destacavam, "Não existe algo assim como democracia com ocupação", "Com a polícia de Ben Gvir não há justiça e não há paz", "Do rio ao mar todos devem ser livres". Também havia cartazes exigindo que o governo dos Estados Unidos "pare de financiar Netanyahu e seus amigos fascistas".

Manifestações contra o racismo e a violência policial acontecem em 120 cidades francesas

Dezenas de milhares de franceses, de mais de 120 cidades, marcharam no último sábado (23) contra o "racismo sistêmico e a violência policial" e para reivindicar justiça social e liberdade". Os protestos ocorreram para lembrar os três meses do assassinato à queima-roupa do adolescente Nahel, de 17 anos, por um policial no bairro de Nanterre. A execução covarde desencadeou uma série de manifestações massivas em repúdio a episódios que têm se repetido com cada vez mais frequência.

Na convocatória, as organizações denunciaram "a política regressiva que favorece a extrema direita e atropela cada vez mais as nossas liberdades públicas, o nosso modelo social e o nosso futuro diante do colapso ecológico".

Durante a onda de protestos, os participantes entoaram proclamações como: "Justiça para Nahel", "Polícia em todo o lado, justiça em lado nenhum" e "Sem justiça não há paz!". Ao mesmo tempo, os manifestantes reivindicaram a revogação de uma lei de 2017 que autoriza os policiais a atirarem com armas de fogo caso considerem que estão ameaçados.

Embora os atos tenham transcorrido de forma tranquila, houve confrontações em algumas cidades. A mais grave foi registrada em Paris, onde um policial sacou sua arma e apontou para a multidão. O carro patrulha teria sido atacado com barras de ferro e, quando o veículo foi bloqueado, um agente teria perdido o controle, saído pela porta de trás e investido contra os manifestantes. Diante da provocação, várias agências bancárias tiveram seus vidros despedaçados.

De acordo com informações divulgadas pela Polícia à rede de televisão BFMTV, há agentes feridos, ainda que não haja confirmação oficial, nem informação sobre o estado em que se encontram.

Entre outras organizações, convocaram as "marchas unitárias" entidades estudantis, populares e sindicais, como a Confederação Geral de Trabalhadores (CGT), o Sindicato do Judiciário, os Amigos da Terra, a Planificação Familiar, o SOS Racismo, além do movimento França Insubmissa.

Oficialmente, o Ministério do Interior mobilizou cerca de 30 mil policiais e forças militares de 150 unidades móveis, além dos "serviços de inteligência".

Papa conclama os países europeus a resgatarem imigrantes no Mediterrâneo

Em pronunciamento deste sábado, em Marselha, o papa Francisco considerou tratamento dado pelos países europeus aos imigrantes um "gesto de ódio"

O papa Francisco condenou a repressão às organizações que resgatam migrantes no mar Mediterrâneo de "gesto de ódio" e disse que o mar que margeia o sul da Europa e o norte da África se tornou o "cemitério da dignidade" diante dos milhares que morrem afogados tentando a travessia.

Ao falar para 50 mil pessoas no estádio Velodrome, de Marselha, nesta sexta-feira (22) o Papa conclamou os governos europeus a uma ação conjunta para enfrentar o drama dos refugiados e condenou a ação de governos europeus: "Não podemos nos resignar a ver humanos sendo tratados como fichas de barganha, presos e torturados de maneiras atrozes".

"É preciso que se resgate os imigrantes" disse Francisco, insistindo em que não fazê-lo é "gesto de ódio".

No sábado, o Papa voltou a tartar da tragédia, dizendo que "há um doloroso clamor nesta transformação do Mediterrâneo de 'mare nostrum' em 'mare mortuum'", insistindo na expressão de "cemitério da dignidade" ao se referir ao mar. "Há um choro sufocado dos irmãos e irmãs imigrantes. Temos que ouvir seu clamor de dor na busca de vidas melhores", declarou.

"É enorme a nossa necessidade por uma comunidade de nações, enquanto alguns querem ver este sonho minguar", acrescentou Francisco.

"Não podemos deixar de receber os que buscam refúgio diante de guerras, forme e pobreza, sua exclusão é escandalosa, repulsiva e um pecado", concluiu o papa.

De acordo com a agência da ONU para refugiados (UNHCR, sigla em inglês), chegaram à Europa cerca de 178.500 imigrantes vindos pelo Mediterrâneo, sendo que somados os mortos e desaparecidos na travessia deste ano, o número passa de 2.500.

Em recende pronunciamento na Assembleia Geral da ONU, o presidente da República Centro-Africana, Faustin Touadera, denunciou que a causa da migração massiva a partir de países africanos é a pilhagem das riquezas naturais dos países do continente e a exploração exercida pelas potências coloniais e sua atual política imperialista e neocolonial.

A visita para participar de um encontro regional de jovens e bispos católicos estava planejada há meses, mas ocorre no mesmo dia em que a União Europeia anunciou um pacote de ajuda de 127 milhões de euros (R$ 666 milhões) à Tunísia— parte de um acordo para frear o fluxo de milhares de imigrantes que buscam entrar no continente pela ilha italiana de Lampedusa.

Cristina condena a dolarização requentada por Milei que já fez presidente fugir de helicóptero

Ex-presidente Cristina Kirchner, fez mensão à crise econômica pós-dolarização que levou De La Rúa a fugir de helicóptero da Casa Rosada e apontou a pressão do FMI por "juros acima da desvalorização" como causa das dificuldades econômicas que assolam o país e acrescenta "isso não se resolve com a cara de George Washington".

Reprodução

"Isso não se resolve com a cara de George Washington"

A vice-presidente Cristina Kirchner repudiou o plano de dolarização proposto pelo candidato fascista Javier Milei, apontando que a crise da Argentina "não pode ser resolvida colocando a cara de George Washington". Ela denunciou ainda que o FMI "impõe juros acima da desvalorização e desvalorização acima da inflação".

A afirmação foi feita em um ato organizado pela Escola Justicialista Nestor Kirchner, com a presença de estudantes e de movimentos peronistas, na primeira aparição pública de Cristina desde as primárias.

Ela se concentrou em duas questões, os problemas estruturais da Argentina e a reciclagem por alguns candidatos de velhas receitas econômicas que, no passado, levaram o país a crises e que hoje eles apresentam como novas, como registrou o jornal Página 12. No ato, foi lançada a reedição do livro "Depois do colapso", que trata das conversas em 2003 entre o então presidente Néstor Kirchner e o filantropo Torcuato Di Tella.

"Os aumentos que vocês sofreram nas prateleiras têm a ver com a desvalorização permanente do peso porque o problema da inflação na Argentina se deve à escassez de dólares", assinalou Cristina.

"Temos uma economia bimonetária, um elevado nível de dívida em dólares e o FMI impondo planos inconsistentes, ou na melhor das hipóteses inconsistentes para o bem-estar da Argentina, mas talvez muito consistentes para amanhã todos os recursos naturais serem tomados por feijões e paus".

Ela agradeceu a Massa – candidato peronista e atual ministro da Economia – "por ter dito à sociedade a verdade sobre o FMI, uma grande decisão. Quando falei com o presidente, disse-lhe que tínhamos que dizer a verdade ao povo argentino: eles forçam a desvalorização. O FMI impõe juros acima da desvalorização e desvalorização acima da inflação."

Quanto ao ex-presidente Macri, que submeteu o país ao FMI e cuja candidata é Patrícia Bullrich, Cristina disse que ele "conta uma mentira diferente a cada dia". Que vieram recursos mas não todos, se endividaram a taxas e em prazos muito curtos. "Quando o país tem uma dívida dessa magnitude e o FMI também vem com seus planos de políticas inflacionárias, que são inflacionárias porque instalam desvalorização, é muito difícil".

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

"França, sai do meu país", diz cartaz diante da embaixada francesa (AFP)

Macron anuncia retirada das tropas francesas e do embaixador no Níger

"A França decidiu retirar o seu embaixador. Nas próximas horas o nosso embaixador e vários diplomatas regressarão à França", disse o presidente Emmanuel Macron à televisão France 2 no domingo (24). A expulsão havia sido determinada pelo governo do Níger em agosto, mas a potência ex-colonial vinha se negando, dizendo que só atenderia se a ordem viesse do derrubado fantoche Mohamed Bazoum.

Em julho, um levante militar, aclamado pela população nas ruas, pôs fim ao regime de Bazoum, suspendeu os acordos militares com Paris e exigiu a retirada dos 1.500 soldados franceses. O que repete a onda de revoltas contra a perpetuação da exploração francesa na região do Sahel, desestabilizada desde a destruição da Líbia pela OTAN em 2011 com ajuda de bandos jihadistas, que se espalharam pelos países vizinhos. Como consequêcia disso, outros governos pró-franceses e pró-americanos no Mali, Guiné e Burkina Faso caíram anteriormente.

Macron anunciou, ainda, que as tropas francesas regressariam a casa "nos próximos meses", pois Paris estava "pondo fim à nossa cooperação militar com as autoridades do Níger". Nas ultimas semanas, manifestantes nigerinos vinham se reunindo semanalmente diante da base francesa na capital Niamey para exigir a retirada.

O rompimento desse acordo havia sido exigido já em julho pelo novo governo do Níger, assim como a retirada das tropas francesas. Em agosto, fora revogada a imunidade diplomática do embaixador francês Sylvain Itte, por sua ingerência nos assuntos internos do país africano. Na semana passada, Macron acusara o Níger de o manter "refém".

Apesar de concordar com as exigências do Níger, Macron insistiu que a França continua a reconhecer Bazoum como a "única autoridade legítima". Quando estiver concluída a retirada do Níger, apenas algumas dezenas de soldados franceses permanecerão no Chade.

Na semana passada, Níger, Mali e Burkina Faso anunciaram a formação de uma aliança militar, que se contraporá a qualquer tentativa do bloco regional Cedeao (África Ocidental) de invasão do Níger, como vem sendo ameaçado. A Aliança dos Estados do Sahel, como será conhecido o bloco de três nações, também trabalhará em conjunto para combater o terrorismo e proteger as suas fronteiras partilhadas, segundo o ministro da Defesa do Mali, Abdoulaye Diop.

Polônia diz que não vai mais fornecer armas para Ucrânia

"A Polônia não armará mais a Ucrânia para se concentrar na sua própria defesa", anunciou o primeiro-ministro polaco Mateusz Morawiecki, poucas horas depois de Varsóvia ter convocado o embaixador da Ucrânia devido a uma nova guerra de palavras por causa dos grãos ucranianos, segundo a AFP.

Varsóvia tem funcionado, ao longo de mais de um ano e meio da guerra por procuração da Otan contra a Rússia na Ucrânia, como o centro logístico do esforço de guerra da entidade dominada por Washinton ou, na versão de um site norte-americano, "o apoiante mais firme e mais sincero de Kiev", tendo ela própria enviado 320 tanques da era soviética e 14 Mig-29.

O anúncio polonês, ocorrido poucas horas antes do encontro do presidente Volodymyr Zelensky com o presidente Joe Biden na Casa Branca nesta quarta-feira (21), contrasta com a recepção do ano passado como um pop star no Congresso dos EUA.

Desta vez, Zelensky terá de se contentar com uma reunião em privado com o presidente da Câmara, o republicano Kevin McCarthy. O que provocou, na mídia submetida à Otan, alertas sobre as ameaças ao apoio a Kiev, ainda mais com o fiasco da 'contraofensiva' e eleições se aproximando em países chaves.

Na terça-feira, à margem da Assembleia Geral da ONU, o presidente polonês Andrzej Duda, comparou o regime de Kiev a "uma pessoa que se afoga". "Uma pessoa que está se afogando é extremamente perigosa, capaz de puxar você para as profundezas... simplesmente afogar o salvador." Em suma, em 48 horas as relações regime de Kiev-Varsovia atingiram o ponto mais baixo dos últimos dois anos.

A chamada "questão dos grãos" se refere à decisão da Polônia, bem como da Hungria e Eslováquia, de manterem a proibição da importação de grãos ucranianos, cuja liberação fora decidida pela União Europeia no dia 15, e que vem inundando os países vizinhos a Kiev, com dumping, em prejuízo dos agricultores locais.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

"Os EUA negam os princípios dos fundadores da ONU", afirma Lavrov

UN News

O chanceler Lavrov conclamou a "restaurar o primado do direito internacional"

Em pronunciamento no Conselho de Segurançca da ONU, o ministro do Exterior da Federação Russa enfatiza que Washington "se arroga árbitro da Humanidade" e afronta o direito internacional

Em reunião do Conselho de Segurança da ONU na quarta-feira (20), o chanceler russo Sergei Lavrov proferiu um demolidor discurso contra a violação, por Washington, dos princípios da Carta das Nações Unidas após o fim da Guerra Fria, ao se arrogar o lugar de árbitro dos destinos de toda a humanidade, imbuído da pretensão ao excepcionalismo, à "ordem sob regras", às sanções e à ingerência sobre os demais povos.

Ele chamou a restaurar "o legado dos pais fundadores da ONU" e o primado do direito internacional. A reunião havia sido convocada pela presidência da vez, a Albânia, em paralelo à Assembleia Geral em curso, sob o tema "Manter a paz e a segurança internacionais: promover a implementação dos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas através do multilateralismo eficaz: manter a paz e segurança da Ucrânia".

A reunião foi montada para criar um palco adicional para o presidente Zelensky, cuja viagem a Washington estava sendo um fiasco, bem diferente do tratamento de estrela do rock que lhe fora propiciado no ano passado. Os deputados dos EUA sequer tinham "espaço na agenda" para ouvi-lo.

"A atual ordem internacional foi construída sobre as ruínas e na sequência da colossal tragédia da Segunda Guerra Mundial. Baseou-se na Carta das Nações Unidas, uma fonte fundamental do direito internacional moderno", sublinhou Lavrov. "Em grande parte, graças à ONU, foi possível evitar uma nova guerra mundial, prenhe de uma catástrofe nuclear".

"Infelizmente, após o fim da Guerra Fria, o 'Ocidente coletivo', liderado pelos Estados Unidos, arrogou-se o lugar de árbitro dos destinos de toda a humanidade e, dominado por um complexo de exclusividade, começou a ignorar cada vez mais o legado dos pais fundadores da ONU".

Lavrov denunciou que, hoje em dia, "o Ocidente refere-se às normas e aos princípios estatutários de forma seletiva, de tempos a tempos, exclusivamente em função das suas necessidades geopolíticas egoístas", o que conduz inevitavelmente "ao enfraquecimento da estabilidade global, à exacerbação das atuais e ao incitamento de novos focos de tensão". Os riscos de conflito global – ele reiterou – "também estão aumentando".

"É precisamente para travá-los, para encaminhar os acontecimentos numa direção pacífica, que a Rússia insistiu e insiste em que todas as disposições da Carta das Nações Unidas sejam respeitadas e aplicadas, não de forma seletiva, mas na sua totalidade e interligação. Incluindo os princípios da igualdade soberana dos Estados, da não ingerência nos seus assuntos internos, do respeito pela integridade territorial e do direito dos povos à autodeterminação", destacou.

Desde o colapso da URSS e a formação de Estados independentes no seu lugar, os Estados Unidos e os seus aliados "têm interferido de forma grosseira e aberta nos assuntos internos da Ucrânia", disse Lavrov. Como a secretária de Estado Adjunta dos EUA, Victoria Nuland, "admitiu publicamente" e até com orgulho no final de 2013, "Washington gastou 5 bilhões de dólares para alimentar políticos obedientes ao Ocidente em Kiev".

Lavrov disse que Washington vem tentando de todas as formas possíveis silenciar, "cancelar toda a história até 2014". Por conseguinte, o tema da reunião de hoje permite "recuperar a cadeia cronológica dos acontecimentos" e "atitude dos principais atores em relação à implementação dos princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas".

"Em 2004-2005, o Ocidente, com o objetivo de levar um candidato pró-americano ao poder, sancionou o primeiro golpe de Estado em Kiev, forçando o Tribunal Constitucional da Ucrânia a tomar uma decisão ilegal de realizar uma terceira volta de eleições não prevista na Constituição do país", afirmou o chefe da diplomacia russa.

Lavrov chamou de "ainda mais descarada" a ingerência nos assuntos internos ucranianos durante a segunda Maidan, em 2013-2014, "quando toda uma série de voyageurs ocidentais encorajaram diretamente os participantes nas manifestações antigovernamentais a ações violentas".

À mesma V. Nuland discutiu com o embaixador dos EUA em Kiev a composição do futuro governo, a ser formado pelos golpistas, ele relembrou. "Ao mesmo tempo, indicou à União Europeia o seu verdadeiro lugar na política mundial, do ponto de vista de Washington. Sua frase escabrosa de duas palavras. É significativo que a União Europeia a tenha 'engolido'".

"Em fevereiro de 2014, as personagens selecionadas pelos americanos tornaram-se participantes-chave na sangrenta tomada do poder, organizada, recordo, um dia depois do acordo alcançado entre o Presidente legitimamente eleito da Ucrânia, Viktor Yanukovych, e os líderes da oposição, sob as garantias da Alemanha, Polônia e França". O princípio da não ingerência nos assuntos internos foi "repetidamente espezinhado".

RACISMO E RUSSOFOBIA

Prosseguindo nessa cronologia dos acontecimentos de 2014, Lavrov sublinhou que "imediatamente após a tomada violenta do poder, os golpistas declararam que a sua prioridade absoluta era restringir os direitos dos cidadãos ucranianos de língua russa".

Quando os habitantes da Crimeia e do sudeste do país se recusaram a aceitar os resultados da tomada inconstitucional do poder, foram declarados terroristas pelo novo regime, que lançou "uma operação punitiva contra eles".

"Em resposta, a Crimeia e o Donbass realizaram referendos em plena conformidade com o princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, consagrado no nº 2 do artigo 1", apontou o ministro russo.

Lavrov desmascarou a ação dos diplomatas e políticos ocidentais, que em relação a esta que é a norma mais importante do direito internacional, buscam reduzir todo o contexto e a essência do que está acontecendo à inadmissibilidade de violar a integridade territorial.

"A este respeito, gostaria de recordar que a Declaração das Nações Unidas de 1970 sobre os Princípios do Direito Internacional relativos às Relações Amistosas e à Cooperação entre os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, adotada por unanimidade, estipula que o princípio do respeito pela integridade territorial é aplicável aos 'Estados que observam nas suas ações o princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos (...) e, consequentemente, têm governos que representam (...) todas as pessoas que vivem no território'".

"O fato de os neonazis ucranianos que tomaram o poder em Kiev não representarem a população da Crimeia e do Donbass não precisa ser provado. E o apoio incondicional das capitais ocidentais às ações do regime criminoso de Kiev não é mais do que uma violação do princípio da autodeterminação na sequência de uma interferência grosseira nos assuntos internos", assinalou Lavrov.

Leia a íntegra no site da Hora do Povo

Jeffrey Sachs: "expansão da Otan é que traz guerra e a destruição da Ucrânia"

JEFFREY SACHS*

Durante a desastrosa Guerra do Vietnã, dizia-se que o governo dos EUA tratava o público como uma plantação de cogumelos: mantendo-a no escuro e alimentando-a com esterco. O heróico Daniel Ellsberg vazou os Documentos do Pentágono que documentam o implacável governo dos EUA mentindo sobre a guerra, a fim de proteger os políticos que ficariam envergonhados com a verdade. Meio século depois, durante a Guerra da Ucrânia, a pilha de estrume é ainda mais alta.

De acordo com o governo dos EUA e o sempre obsequioso New York Times, a guerra na Ucrânia foi "não provocada", o adjetivo favorito do Times para descrever a guerra. Putin, supostamente confundindo-se com Pedro, o Grande, invadiu a Ucrânia para recriar o Império Russo. No entanto, na semana passada, o Secretário-Geral da Otan, Jens Stoltenberg, cometeu uma gafe em Washington, o que significa que acidentalmente revelou a verdade.

Em depoimento ao Parlamento da União Europeia, Stoltenberg deixou claro que foi o esforço incansável dos Estados Unidos para alargar a Otan à Ucrânia que foi a verdadeira causa da guerra e a razão pela qual ela continua até hoje. Aqui estão as palavras reveladoras de Stoltenberg:

"O pano de fundo foi que o Presidente Putin declarou no outono de 2021, e na verdade enviou um projeto de tratado que queriam que a Otan assinasse, para prometer não mais expansão da Otan. Foi isso que ele nos enviou. E era uma pré-condição para não invadir a Ucrânia. Claro, não assinamos isso.

"O oposto aconteceu. Ele queria que assinássemos essa promessa de nunca alargar a NATO. Ele queria que retirássemos a nossa infra-estrutura militar em todos os Aliados que aderiram à Otan desde 1997, ou seja, metade da Otan, toda a Europa Central e Oriental, deveríamos remover a Otan dessa parte da nossa Aliança, introduzindo algum tipo de B, ou adesão de segunda classe. Nós rejeitamos isso.

"Então, ele foi à guerra para impedir a Otan, mais da Otan, perto das suas fronteiras. Ele tem exatamente o oposto."

Repetindo, ele [Putin] foi à guerra para impedir mais Otan perto das suas fronteiras.

Quando o professor John Mearsheimer, eu e outros dissemos o mesmo, fomos atacados como apologistas de Putin. Os mesmos críticos também optam por esconder ou ignorar categoricamente os terríveis avisos contra o alargamento da Otan à Ucrânia, há muito articulados por muitos dos principais diplomatas dos EUA, incluindo o grande estadista acadêmico George Kennan, e os antigos embaixadores dos EUA na Rússia, Jack Matlock e William Burns.

Burns, agora diretor da CIA, foi embaixador dos EUA na Rússia em 2008 e autor de um memorando intitulado "Nyet significa Nyet". Nesse memorando, Burns explicou à Secretária de Estado Condoleezza Rice que toda a classe política russa, e não apenas Putin, estava decididamente contra o alargamento da Otan. Sabemos do memorando apenas porque vazou. Caso contrário, estaríamos no escuro sobre isso.

Porque é que a Rússia se opõe ao alargamento da Otan? Pela simples razão de que a Rússia não aceita os militares dos EUA na sua fronteira de 2.300 km com a Ucrânia, na região do Mar Negro. A Rússia não aprecia a colocação de mísseis Aegis pelos EUA na Polônia e na Romênia depois de os EUA terem abandonado unilateralmente o Tratado de Mísseis Antibalísticos (ABM).

A Rússia também não saúda o fato de os EUA terem participado em nada menos que 70 operações de mudança de regime durante a Guerra Fria (1947-1989), e inúmeras mais desde então, incluindo na Sérvia, Afeganistão, Geórgia, Iraque, Síria, Líbia, Venezuela, e Ucrânia. A Rússia também não gosta do fato de muitos dos principais políticos dos EUA defenderem ativamente a destruição da Rússia sob a bandeira da "Descolonização da Rússia". Isso seria como se a Rússia pedisse a remoção do Texas, da Califórnia, do Havai, das terras indígenas conquistadas e de muitas outras coisas dos Estados Unidos.

Até a equipe de Zelensky sabia que a busca pelo alargamento da Otan significava uma guerra iminente com a Rússia. Oleksiy Arestovych, antigo conselheiro do Gabinete do Presidente da Ucrânia sob Zelensky, declarou que "com uma probabilidade de 99,9 por cento, o nosso preço para aderir à Otan é uma grande guerra com a Rússia".

Arestovych afirmou que mesmo sem a expansão da Otan, a Rússia acabaria por tentar tomar a Ucrânia, apenas muitos anos depois. No entanto, a história desmente isso. A Rússia respeitou a neutralidade da Finlândia e da Áustria durante décadas, sem ameaças terríveis, muito menos invasões. Além disso, desde a independência da Ucrânia em 1991 até à derrubada do governo eleito da Ucrânia, apoiada pelos EUA, em 2014, a Rússia não demonstrou qualquer interesse em tomar o território ucraniano.

Foi só quando os EUA instalaram um regime fortemente anti-russo e pró-Otan, em Fevereiro de 2014, que a Rússia retomou a Crimeia, preocupada com o fato de a sua base naval do Mar Negro na Crimeia (desde 1783) cair nas mãos da Otan.

Mesmo assim, a Rússia não exigiu outro território da Ucrânia, apenas o cumprimento do Acordo de Minsk II, apoiado pela ONU, que apelava à autonomia do Donbass de etnia russa, e não a uma reivindicação russa sobre o território. No entanto, em vez da diplomacia, os EUA armaram, treinaram e ajudaram a organizar um enorme exército ucraniano para tornar a expansão da Otan um fato consumado.

Putin fez uma última tentativa de diplomacia no final de 2021, apresentando um projeto de Acordo de Segurança EUA-Otan para evitar a guerra. O cerne do projeto de acordo era o fim do alargamento da Otan e a remoção dos mísseis dos EUA perto da Rússia. As preocupações de segurança da Rússia eram válidas e serviram de base para negociações. No entanto, Biden rejeitou categoricamente as negociações devido a uma combinação de arrogância, agressividade e profundo erro de cálculo. A Otan manteve a sua posição de que a Otan não negociaria com a Rússia relativamente a expansão da Otan, que, na verdade, a expansão da Otan não era da conta da Rússia.

A contínua obsessão dos EUA com o alargamento da Otan é profundamente irresponsável e hipócrita. Os EUA opor-se-iam – através da guerra, se necessário – a serem cercados por bases militares russas ou chinesas no Hemisfério Ocidental, uma questão que os EUA têm defendido desde a Doutrina Monroe de 1823. No entanto, os EUA são cegos e surdos às legítimas preocupações de segurança de outros países.

Então, sim, Putin entrou em guerra para impedir a Otan, mais Otan, perto da fronteira da Rússia. A Ucrânia está sendo destruída pela arrogância dos EUA, provando mais uma vez o ditado de Henry Kissinger de que ser inimigo da América é perigoso, enquanto ser seu amigo é fatal.

A Guerra da Ucrânia terminará quando os EUA reconhecerem uma verdade simples: o alargamento da Otan à Ucrânia significa uma guerra perpétua e a destruição da Ucrânia. A neutralidade da Ucrânia poderia ter evitado a guerra e continua a ser a chave para a paz. A verdade mais profunda é que a segurança europeia depende da segurança coletiva, tal como exigido pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), e não das exigências unilaterais da Otan.

**Professor da Universidade de Columbia, escritor e conselheiro dos últimos três secretários-gerais da ONU. Autor, mais recentemente, de A New Foreign Policy: Beyond American Exceptionalism ['Uma Nova Política Externa: Além do Excepcionalismo Americano'] (2020) e The Age of Sustainable Development ['A Era do Desenvolvimento Sustentável'], (2015), este, com Ban Ki-moon. Tradução: Hora do Povo*

Observações sobre o racismo (parte 1)

[O texto que reproduzimos a seguir foi originalmente publicado no site da Fundação Maurício Grabois (v. **Carlos Lopes: Observações sobre o racismo**). Seu objetivo não é estabelecer verdades definitivas e eternas sobre um dos mais polêmicos temas do momento atual, mas aportar uma contribuição, produto de um acúmulo, a essa discussão. Se apenas isso for atingido, já nos consideramos satisfeitos (C.L.).]

CARLOS LOPES

Um dos grandes romances brasileiros, **Jubiabá**, de Jorge Amado, publicado em 1935, tem como tema a consciência que o negro Antônio Balduíno conquista, ao longo da história, de que o racismo é um problema de classe, uma questão que assenta sobre a "estrutura" de classes da sociedade.

Nas palavras do autor:

"Em **Jubiabá**, o problema da raça é colocado de uma forma muito violenta, a tal ponto que, no fim do livro, Balduíno compreende que o problema de raça é antes de mais nada um problema de classe. O problema de raça não é a causa, mas sim a consequência do problema de classe: o problema do pobre e do rico, do escravo e do amo. Eu realmente fico feliz por **Jubiabá** mostrar isto, e não o caminho estreito e fechado da separação de raças, da negação da nossa realidade, e da própria experiência humanista, que é a mistura de raças" (cf. Alice Raillard, **Conversando com Jorge Amado**, trad. Annie Dymetman, Record, 1990, p. 101).

E, sobre um romance escrito 25 anos depois de **Jubiabá**:

"**Tenda dos Milagres** é **Jubiabá** revisitado, mas a conotação é diferente. Trata da questão da formação da nacionalidade brasileira, da luta contra os preconceitos, principalmente o racial, contra a pseudociência, a pseudo-erudição 'europeizante', contra as teorias daquele francês que foi embaixador no Brasil" (cf. **op. cit.**, p. 105).

Jorge Amado refere-se, aqui, a Joseph Arthur de Gobineau, nobre francês, amigo de D. Pedro II, que foi representante diplomático no Rio de Janeiro e autor de um livro repugnantemente racista, **Essai sur l'inégalité des races humaines** (1853).

Jubiabá é tão marcante em sua obra – trata-se da introdução do povo brasileiro na literatura nacional, que, após duas tentativas incipientes (**Cacau e Suor**), Jorge Amado consegue neste livro – que ele volta ao assunto:

"… o Negro Balduíno (…) parte de uma consciência racial para desembocar numa consciência de classe, para uma visão mais ampla do fundo do problema que o tornava um oprimido, um marginalizado na vida brasileira; conscientização que prossegue nos dois romances seguintes, e que decorrem de **Jubiabá**: **Mar Morto** e **Capitães da Areia**, que representam igualmente um outro… progresso em minha obra romanesca" (cf. **op. cit.**, p. 155).

E, na página seguinte:

"Eu diria que neste romance [**Jubiabá**], como nos dois outros que vieram em seguida [**Mar Morto** e **Capitães da Areia**], é colocada uma série de problemas sociais e políticos importantes da realidade brasileira. Mas, fundamentalmente, há dois outros que me parecem mais significativos. O primeiro de todos é a questão da luta contra o preconceito racial e a afirmação da condição mestiça de nossa nacionalidade" (cf. **op. cit.**, p. 156).

2

A questão parece bem colocada – e recorremos a um romancista porque sua sensibilidade é muito superior a de vários sociólogos e acadêmicos.

Mas poderíamos citar Caio Prado Júnior:

"A mestiçagem, que é o signo sob o qual se forma a nação brasileira, e que constitui sem dúvida o seu traço característico mais profundo e notável…" (Caio Prado Júnior, **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**, 6ª edição, Brasiliense, 1961, p. 93).

"É este aliás o caráter mais saliente da formação étnica do Brasil: a mestiçagem profunda das três raças que entram na sua composição" (idem, p. 102).

Esse caráter mestiço da população brasileira condiciona toda a nossa história. O povo brasileiro, como já disseram inúmeros pensadores, é **miscigenado**.

Infelizmente, o que deveria ser, para nós, uma honra, nos últimos anos esteve sob ataque. Alguns dos atacantes, em geral repetindo coisas ouvidas em inglês, encararam a miscigenação como resultado do estupro branco – ou dos senhores de escravos – sobre negras e indígenas.

Seríamos um povo amaldiçoado e condenado ao opróbrio, se nossa própria constituição fosse um produto do estupro.

Evidentemente, isso é impossível. Não há como os brancos e senhores de escravos, em número tão pequeno, produzirem tantos mestiços através do estupro. Como disse um gaiato, nem se ficassem o dia inteiro na cama e não fizessem nada mais na vida, isso seria possível…

Mas existe outra maneira, também com origem fora do Brasil, de negar a miscigenação: é considerar que a população de nosso país é **multirracial**.

Assim, existiriam aqui várias raças – e não mestiçagem ou miscigenação.

Entretanto, isso nega a nossa história, a formação de um povo único, de uma nação única e a própria realidade da mestiçagem, que pode ser comprovada nas características de nossa população.

São muito raros, dentro do Brasil, os segmentos – indígenas ou negros – que não são mestiços. Quanto aos brancos, já dizia Guerreiro Ramos (e, aliás, Luiz Gama), que não há branco sem uma boa porção de sangue preto – o que, claro, é uma forma de falar.

3

No entanto, apesar disso, nenhum autor – pelo menos, nenhum autor respeitável – pretendeu que não houvesse racismo no Brasil.

Aliás, nem precisamos de autores para afirmar a existência do racismo. Trata-se de um fato evidente por si mesmo.

A questão é, certamente, qual o caráter do racismo no Brasil.

Nesse sentido, a polêmica sobre o chamado "racismo estrutural" tem o lado positivo de levantar essa questão.

Mas isso não quer dizer que essa polêmica esteja bem colocada. Por agora, faremos apenas algumas breves anotações – todas elas tendo como referência o modo como a questão é colocada no livro mais conhecido sobre o assunto. Naturalmente, como alguns argumentaram, podem existir outras formas de colocação do conceito, mas aqui nos ateremos à corrente principal.

No prefácio do livro **Racismo Estrutural**, de Silvio Luiz de Almeida, diz Djamila Ribeiro: *"Silvio Almeida, neste livro, parte do princípio de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, integra a organização econômica e política da sociedade de forma inescapável"*.

Se o racismo é **sempre estrutural**, qual a utilidade – ou, mesmo, a razão de existência – do conceito de "racismo estrutural"?

E, mais: é fácil entender que o racismo seja parte da superestrutura político-ideológica (e até jurídica) da sociedade. Mas como é possível que ele integre a organização **econômica** (as relações de produção e forças produtivas) nos modos de produção posteriores ao escravismo?

Pois, como escreveu Eric Williams, "a escravidão não nasceu do racismo: ao contrário, o racismo foi uma consequência da escravidão" (cf. Eric Williams, **Capitalismo e Escravidão**, trad. Carlos Nayfeld, CEA, 1975, p. 12).

Portanto, o racismo é **posterior** ao escravismo – e não um componente "inescapável" dele, ou, menos ainda, de qualquer outro modo de produção.

A escravidão é, evidentemente, uma estrutura, isto é, como todo modo de produção, uma infraestrutura econômica a qual corresponde uma superestrutura política, ideológica, jurídica.

Portanto, pode-se dizer que o racismo da escravidão, o racismo que "legitima" o escravismo, é estrutural, pois, como elemento superestrutural, corresponde plenamente à infraestrutura da escravidão.

Mas o que está dito na citação do prefácio de Djamila Ribeiro é que **todo** racismo é estrutural – não apenas aquele do escravismo.

Poderíamos pensar que trata-se da conhecida falta de rigor da autora, pouco ciosa em relação a critérios científicos, isto é, marxistas. Porém, logo em seguida, é o próprio Silvio Almeida quem escreve:

"… não se pretende aqui apresentar um tipo específico de racismo, no caso, o estrutural. A tese central é a de que o racismo é ***sempre estrutural****, ou seja, de que* ***ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade****. Em suma, o que queremos explicitar é que* ***o racismo é a manifestação normal de uma sociedade****, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade"* (grifos nossos).

Como é possível entender esse trecho?

O racismo faz parte do modo de produção da sociedade – e, portanto, do funcionamento **normal** de uma sociedade (qualquer sociedade?). Logo, supõe-se, a luta antirracista, nessa determinada sociedade, está permeada pelo fracasso, enquanto existir essa sociedade – e o seu modo de produção. Seria necessário mudar a sociedade, a partir do modo de produção – considerando a hipótese de que exista outra sociedade e outro modo de produção do qual o racismo não faça parte, não seja "estrutural".

Um pouco adiante, o autor tenta fugir desse beco sem saída, mas, antes, citaremos mais uma definição de "racismo estrutural":

"… o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural."

É fácil entender que o racismo seja parte da superestrutura político-ideológica (e até jurídica) da sociedade. Mas como é possível que ele integre a organização econômica (as relações de produção e forças produtivas) nos modos de produção posteriores ao escravismo?

Dizer que o racismo estrutural "é uma decorrência da própria estrutura social", corresponde àquilo que se chama tautologia, ou, talvez, truísmo. É óbvio que o "racismo estrutural" só pode decorrer da estrutura social. Caso contrário, não seria "estrutural".

Mas, com isso, ficamos no mesmo lugar. Não avançamos em absolutamente nada.

Quanto ao resto, já foi abordado brevemente acima – apenas, sublinhamos, essa consideração de "normalidade", em relação ao racismo, parece espargir um funesto odor de conformismo.

Entretanto, Silvio Almeida, um homem inteligente, percebe o problema:

"… além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo **refletir** sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas" (grifo nosso).

Sim, mas se o fim do racismo implica no fim da sociedade na qual ele é "normal", como lutar – e executar – essas "mudanças profundas" **dentro da atual sociedade**?

Ou será por isso que somente é imperativo **"refletir"**?

Reparemos que o autor não vincula tais mudanças à revolução nacional ou a um salto de qualidade na constituição da nacionalidade brasileira, da qual os negros e mestiços são o componente fundamental.

Do ponto de vista da luta política, e da luta ideológica, tudo isso leva o autor a uma incoerência – da qual parece inconsciente:

"… entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas [como isso é possível?]. Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, ***não necessita de intenção para se manifestar****, por mais que* ***calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável****, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade* ***não se faz apenas com denúncias*** *ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas [posturas e práticas antirracistas que não são denúncias?]"* (trechos entre colchetes e negritos nossos).

4

A escravidão, como modo de produção, é estrutural. O capitalismo, outro modo de produção, também. Mas se o racismo é indispensável – portanto, também estrutural – à primeira (estamos nos referindo sobretudo à escravidão negra, africana, mas não somente), não é indispensável ao segundo. Que o capitalismo, no Brasil e em outros países, se aproveite da ideologia racista da escravidão para mais explorar os trabalhadores, não faz do racismo um elemento estrutural do **capitalismo**, mas um odioso lixo ideológico que é necessário, no processo de revolução nacional, combater e superar.

O problema é que o autor que estamos examinando não está atento à questão dentro da qual o racismo existe como obstáculo: a nacionalidade brasileira.

Por exemplo, escreve ele:

"… a relação estrutural entre racismo e capitalismo demonstra uma incrível sutileza, **visto que nacionalismo e racismo são práticas ideológicas que traduzem a comunidade e o universalismo necessários ao processo de subsunção real do trabalho ao capital**, adaptando tradições, dissolvendo ou institucionalizando costumes, dando sentido e expandindo alteridades, a partir das especificidades de cada formação social na integração à organização capitalista da produção" (grifo nosso).

Do ponto de vista do capitalismo, portanto, o autor considera que nacionalismo é par do racismo, como se não existisse diferença entre o capitalismo monopolista dos países centrais – isto é, o imperialismo chauvinista – e o capitalismo nacional dos países que lutam por se libertar do jugo imperialista, ao qual corresponde uma ideologia nacionalista (nas famosas palavras de Álvaro Veira Pinto: "sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional", in **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**, ISEB, Rio, 1960, conferência transcrita em HP 05/05/2015, **Álvaro Vieira Pinto: ideologia e desenvolvimento nacional**).

Quanto à luta de classes, eles são opostos. Inclusive no que se refere ao racismo, inseparável do imperialismo, ao mesmo tempo que é um obstáculo para a unidade nacional dos países dependentes – unidade nacional que se forma, precisamente, na luta contra a subordinação ao imperialismo.

Continua na próxima edição